

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 20

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Facilidade para MEIs - JULIANA NUNES 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Comissão Mista de Orçamento analisa relatórios setoriais 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro deixa risco a aposentadorias e apagão 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Apagão público e risco a aposentados expõem fim de governo Bolsonaro 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

INSS prevê pagamento de R\$ 2,5 bi a mais com novos benefícios em 2022 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Apagão da máquina pública ameaça até aposentados do INSS 11

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Relatórios do Orçamento de 2023 serão analisados na CMO nesta semana 13

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS prevê pagar R\$ 2,5 bilhões a mais com novos benefícios em 2022 14

ZERO HORA - RS - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

"Não há diferença ideológica no país da meia-entrada" - MAIS ECONOMIA 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MST ganha espaço na transição 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Refresco no reajuste do aluguel 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fiesp, a hora da verdade - TENDÊNCIAS - DEBATES 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MEC não define critérios de distribuição de verba do Fundeb por desempenho 21

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Um arsenal de propostas 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Com política pragmática, Lula verá dólar a R\$ 5" 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Baixo carbono, o futuro da agricultura 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Com preços mais baixos, atacarejos crescem e superam todas as crises - MERCADO S/A
..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - ENTREVISTA DA 2ª
ECONOMIA

O Partido Judicial substituiu os militares na América Latina 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Alta de juros castiga Tesouro, mas abre oportunidades 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Poucas opções para ganhar muito; boas opções para ganhar sempre - MARCOS DE
VASCONCELLOS
..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Após bonança com Bitcoin, gêmeos do Facebook passam por fase difícil 38

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB brasileiro já cresceu 3,2% em 2022 40

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ECONOMIA

Senadores querem "carimbar" recursos na PEC da Transição 41

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Onde investir com taxa Selic em 13,75% ao ano? (Artigo) 43

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Cúpula da PF corre para ocupar cargos no exterior ainda sob gestão Bolsonaro 44

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
POLÍTICA

Regular lobby, sim, legalizar corrupção, não 46

Facilidade para MEIs - JULIANA NUNES

JULIANA NUNES

Os microempreendedores individuais (MEIs) prestadores de serviços já podem emitir nota fiscal eletrônica pelo celular. O aplicativo NFSe Mobile está disponível para dispositivos Android e IOS desde a última quinta-feira, 1º, quando foi lançado pela **Receita Federal**, em Brasília, ao lado do Sebrae, parceiro no desenvolvimento do projeto. Inicialmente, apenas os MEIs residentes nos municípios que já aderiram ao Sistema Nacional da NFS-e terão acesso ao serviço digital. Novo Hamburgo está entre estes municípios. A partir de 1º de janeiro de 2023, a nota fiscal de serviços eletrônica estará disponível para todos os microempreendedores individuais do Brasil, independentemente de adesão ou não. Segundo o auditor fiscal da **Receita Federal**, Gustavo Jube, a emissão da nota fiscal de serviço eletrônica será obrigatória nos casos em que o MEI tem o dever de emitir o documento, ou seja, vendas para pessoas jurídicas.

Comendas das Hortênsias O diretor da Merkator Feiras e Eventos, Frederico Pletsch (foto), recebeu o título honorífico Comenda das Hortênsias, entregue pela prefeitura de Gramado. O evento ocorreu na semana passada, na Sociedade Recreio Gramadense. O empresário hamburguense já é Cidadão de Gramado, título que recebeu da Câmara de Vereadores, em 2019, em reconhecimento aos serviços prestados por ele em prol do turismo de eventos do município. A Merkator realiza no município o SICC - Salão Internacional do Couro e do Calçado e a Zero Grau - Feira de Calçados e Acessórios.

Comércio preparado No Paranhana, as vendas no comércio local têm sido estimuladas. Segundo o presidente da CDL de Igrejinha e Três Coroas, Vinicio Morgenstern, a proposta é o que as pessoas entrem no clima natalino. "Esta é a melhor data para o comércio e a gente precisa estar preparado. Já temos relatos dos lojistas de que com esse incentivo do clima de Natal nas ruas, as vendas aumentam." Reforço no time A agência hamburguense SPR anunciou reforço no seu time digital. Christian e Fabio Schünke assumiram como head de estratégia digital e head de performance, respectivamente. Os irmãos já mantinham uma relação próxima com a SPR, tendo participado em projetos junto com a agência.

Novidades em produtos A Fritz Frida segue ampliando sua cartela de produtos. A marca lançou cinco novos sabores de chás e trouxe nova opção de pepinos em

conserva. O produto agora pode ser encontrado em embalagens do tipo pou-ch de 200g.

Banco de talentos

O Colégio Notarial do Brasil - Seção Rio Grande do Sul (CNB/RS) conta com uma plataforma para registro em vagas de empregos em tabelionatos. O cadastro é pelo link: colegionotarialrs.solides.jobs.

Comissão Mista de Orçamento analisa relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa entre os dias 7 e 8 de dezembro os 16 relatórios setoriais referentes ao projeto da Lei Orçamentária Anual de 2023 (PLN 32/2022). Cada relatório detalha uma área do Orçamento da União e avalia as emendas que contemplam os órgãos daquela área, sugerindo quais devem ser aceitas.

O Relatório Preliminar do Orçamento de 2023 já foi aprovado na comissão e prevê que as projeções de receita e despesa totalizam R\$ 5,2 trilhões, sendo R\$ 143,5 bilhões destinados ao orçamento de investimento das estatais e R\$ 5 trilhões aos orçamentos fiscal e da **seguridade social**. Destes, R\$ 2 trilhões referem-se ao refinanciamento da dívida pública federal.

A votação do Orçamento de 2023 está prevista dia 16 de dezembro, em reunião conjunta do Congresso Nacional. No dia anterior, a comissão mista deve votar o parecer final do relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI).

O texto de Castro prevê que a meta para o déficit primário do governo central em 2023 foi fixada em R\$ 65,9 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023, o equivalente a 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**), com aumento em relação ao déficit primário apurado em 2021 (0,41% do **PIB**). No Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA) de 2023, a previsão é que o resultado primário do governo central seja um pouco menor do que a meta da LDO (R\$ 63,7 bilhões).

PEC da Transição

Nesta semana, parlamentares também devem definir os próximos passos da PEC da Transição. Protocolado formalmente no Senado na semana passada, o texto exclui o Programa Auxílio Brasil, que deverá ser rebatizado de Bolsa Família, da regra do teto de gastos para os próximos anos.

A medida apresentada pelo senador Marcelo de Castro é uma forma de viabilizar a manutenção do valor mínimo de R\$ 600 para o programa de transferência de renda, além de instituir um valor adicional de R\$ 150 por criança menor de 6 anos de idade de cada beneficiário. Esse é um dos principais compromissos de campanha do presidente eleito Luiz

Inácio Lula da Silva (PT).

Na prática, com o valor assegurado para o programa assistencial, os recursos ordinários do Orçamento ficariam liberado para serem remanejados, no todo ou em parte, para outras despesas. A única mudança realizada por Castro em relação ao texto proposto pelo governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva é em relação ao prazo de quatro anos para validade para a medida. Inicialmente, a exclusão do Bolsa Família do teto de gastos seria permanente. Pelos cálculos dos valores previstos no Ploa de 2023, a manutenção do Bolsa Família em R\$ 600 teria um custo total de até R\$ 175 bilhões.

Bolsonaro deixa risco a aposentadorias e apagão

Idiana Tomazelli, João Gabriel, Mateus Vargas, Paulo Saldana e Raquel Lopes

Mesmo depois de cinco alterações na principal regra fiscal do país para conseguir ampliar gastos durante sua gestão, o presidente Jair Bolsonaro (PL) chega ao fim do mandato diante de um apagão generalizado da máquina pública e sob o risco de falta de dinheiro para pagar aposentadorias.

Os problemas orçamentários, com impactos sobre o cotidiano da população, são o retrato de um desfecho dramático para o atual governo, que pode se ver obrigado a pegar carona na proposta de emenda à Constituição (PEC) do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para furar mais uma vez o teto de gastos e conseguir pagar as contas.

Enquanto os sucessivos recordes na arrecadação proporcionam um celebrado superávit nas contas, o primeiro desde 2013, a necessidade de respeitar o limite de despesas obriga o governo a levar adiante um bloqueio de R\$ 15,4 bilhões sobre recursos de ministérios e verbas carimbadas por parlamentares por meio das chamadas emendas de relator.

Como resultado, quase todos os recursos previstos para dezembro evaporaram. Só há R\$ 2,4 bilhões para custear todas as despesas discricionárias dos órgãos, o que inclui compra de materiais e pagamento de contratos. Pastas como Saúde, Educação, Meio Ambiente e Justiça estão estranguladas, e algumas atividades estão sendo paralisadas.

Nem as despesas ditas obrigatórias escaparam do aperto. O governo ainda não sabe como vai conseguir pagar integralmente a folha de dezembro do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**), pois não tem autorização do Congresso para cortar de vez as emendas de relator e remanejar os recursos para as aposentadorias. Esses benefícios tiveram crescimento significativo em 2022 após uma força-tarefa para reduzir a fila de requerimentos.

FORA DO TETO Uma consulta enviada pela Casa Civil ao Tribunal de Contas da União (TCU) pode abrir caminho à possibilidade de editar uma medida provisória de crédito extraordinário, que autoriza gastos fora do teto. Outra opção é incluir na PEC da Transição de Lula um dispositivo que permita a

Bolsonaro exceder os limites de despesas ao fim de 2022.

A aprovação de PECs para driblar o teto de gastos converteu-se, no governo Bolsonaro, em uma espécie de instrumento de gestão fiscal. Sempre que havia forte pressão por mais despesas, uma nova autorização especial era negociada com o Congresso Nacional -a mais recente delas partiu do próprio chefe do Executivo e lhe garantiu um cheque de R\$ 41,2 bilhões para turbinar programas sociais às vésperas da eleição.

Em todo seu mandato, Bolsonaro gastou R\$ 794,9 bilhões fora do teto, segundo levantamento do economista Bráulio Borges, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), noticiado pela BBC News Brasil. O teto de gastos é uma regra constitucional que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/05/12/2022/p1>

Apagão público e risco a aposentados expõem fim de governo Bolsonaro

Mesmo depois de cinco alterações na principal regra fiscal do país para conseguir ampliar gastos durante sua gestão, o presidente Jair Bolsonaro (PL) chega ao fim do mandato diante de um apagão generalizado da máquina pública e sob o risco de falta de dinheiro para pagar aposentadorias.

Os problemas orçamentários, com impactos sobre o cotidiano da população, são o retrato de um desfecho dramático para o atual governo, que pode se ver obrigado a pegar carona na PEC (proposta de emenda à Constituição) do adversário -o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT)- para furar mais uma vez o teto de gastos e conseguir pagar as contas.

Enquanto os sucessivos recordes na arrecadação proporcionam um celebrado superávit nas contas, o primeiro desde 2013, a necessidade de respeitar o limite de despesas obriga o governo a levar adiante um bloqueio de R\$ 15,4 bilhões sobre recursos de ministérios e verbas carimbadas por parlamentares por meio das emendas de relator.

Como resultado, quase todos os recursos previstos para dezembro evaporaram. Só há R\$ 2,4 bilhões para custear todos os gastos discricionários dos órgãos, o que inclui compra de materiais e pagamento de contratos. Áreas como Saúde, Educação, Meio Ambiente e Justiça estão estranguladas, e algumas atividades estão sendo paralisadas.

Nem as despesas ditas obrigatórias escaparam do aperto.

O governo ainda não sabe como vai conseguir pagar integralmente a folha de dezembro do **INSS** (Instituto Nacional de Seguro Social), pois não tem autorização do Congresso para cortar de vez emendas de relator e remanejar recursos para aposentadorias. Os benefícios tiveram crescimento significativo em 2022 após força-tarefa para conter a fila.

Consulta enviada pela Casa Civil ao TCU (Tribunal de Contas da União) pode abrir caminho à possibilidade de editar uma MP (medida provisória) de crédito extraordinário, que autoriza gastos fora do teto. Outra opção é incluir na PEC da Transição de Lula um dispositivo que permita a Bolsonaro exceder os limites de despesas ao fim de 2022.

A aprovação de PECs para driblar o teto converteu-se, no governo Bolsonaro, em uma espécie de instrumento de gestão fiscal. Sempre que havia forte pressão por mais despesas, uma nova autorização especial era negociada com o Congresso -a mais recente partiu do chefe do Executivo e lhe garantiu um cheque de R\$ 41,2 bilhões para turbinar programas sociais às vésperas da eleição.

Em todo seu mandato, Bolsonaro gastou R\$ 794,9 bilhões fora do teto, segundo levantamento do economista Bráulio Borges, do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), noticiado pela BBC News Brasil. O teto de gastos é uma regra constitucional que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

A qualidade das despesas extrateto, porém, tem sido questionada por especialistas e órgãos de controle, que veem mau uso da verba pública em políticas desfocalizadas. Uma evidência disso é que a ampliação das despesas não foi suficiente para impedir o quadro de paralisia em uma série de órgãos.

Na Saúde, o governo determinou um novo bloqueio de R\$ 1,4 bilhão, elevando o total congelado para gastos a R\$ 3,8 bilhões.

Os primeiros bloqueios haviam atingido principalmente as emendas de relator, destinadas, em geral, para fundos de saúde de municípios escolhidos por parlamentares. A nova trava, porém, recaiu sobre programas estratégicos.

Um dos atingidos foi o Farmácia Popular, programa que entrega à população medicamentos para doenças crônicas de forma gratuita ou com descontos. Foram R\$ 194 milhões congelados.

Outros R\$ 224,6 milhões da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) foram bloqueados, comprometendo gastos para pesquisa e atendimentos, além da verba para a construção de fábricas de vacinas. Técnicos da Saúde temem que a medida dificulte ainda mais a execução de políticas públicas até o fim do ano.

No MEC (Ministério da Educação), o apagão de 2022 demonstra a escalada no processo de esvaziamento orçamentário que marcou a atual gestão. A pasta tem R\$ 466 milhões disponíveis para empenhos (primeira

fase do gasto, quando há a reserva da verba para alguma ação) em todo o mês de dezembro, valor considerado baixo para uma pasta desse porte. O bloqueio total soma R\$ 2,4 bilhões.

Na quinta (1º), o governo ainda congelou todos os limites de pagamento da pasta em dezembro, medida que alcança a rede federal de ensino superior. Antes do bloqueio de dezembro, as consequências da falta de orçamento já eram visíveis em praticamente todas as áreas da pasta.

Por falta de verba, houve atraso na contratação para produção e entrega de livros didáticos neste ano. Também houve cancelamento da entrega de obras voltadas para a recuperação de aprendizagem.

Equipes técnicas tiveram de reciclar questões do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para garantir uma prova com itens inéditos, pois o governo não investiu na produção de questões novas.

Os cortes orçamentários no MEC também contribuíram para o desmonte do principal mecanismo de planejamento educacional e de transferência de recursos federais para educação básica, o PAR (Plano de Ações Articuladas).

As prefeituras cadastram demandas, e o governo faz repasses para apoiar a infraestrutura escolar, como construção de creches, compra de ônibus escolar e materiais.

Até 2 de dezembro de 2022, o governo pagou R\$354 milhões por meio do PAR. É o menor valor em ao menos uma década. No ano passado, havia sido de R\$ 796 milhões -já bem reduzido em relação à média de R\$ 2,5 bilhões anuais entre 2012 e 2018, em valores atualizados pela inflação.

O Ministério do Meio Ambiente recebeu indicativo de bloqueio de R\$ 90 milhões, embora a Economia tenha informado uma trava menor, de R\$ 76,4 milhões em novembro. A maior parcela do corte incidiu sobre o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis).

Um ofício obtido pela Folha mostra que o órgão nem tinha esse dinheiro em caixa no momento em que houve a determinação do bloqueio. Na prática, a pasta ficou totalmente sem verbas e ainda ficou com uma espécie de "saldo a bloquear", o que pode levar ao cancelamento de despesas já contratadas.

O presidente do Ibama, Eduardo Bim, que é aliado de Bolsonaro, alertou que a medida pode causar a "paralisação total" das atividades. Segundo ele, não haverá dinheiro para pagar contas de água, luz,

vigilância e segurança, transporte de servidores, transporte de bens, gratificações, sistemas informatizados, trabalhos de ouvidoria, auditoria e corregedoria, serviços de telefonia e terceirizados.

Bim diz que o Ibama não terá condições de cumprir decisões judiciais por "total insuficiência de recursos", precisará cancelar viagens e pode passar toda a operação para trabalho remoto -o que tende a inviabilizar ações de fiscalização num governo que já tem recordes históricos de queimadas e desmatamento, além do avanço do garimpo ilegal e da extração de madeira.

No Ministério da Justiça, a falta de verbas para a emissão de passaportes levou a PF (Polícia Federal) a suspender a confecção de novos passaportes no dia 19 de novembro. As atividades foram retomadas parcialmente após liberação de R\$ 37,4 milhões - metade da verba solicitada.

A situação levou o grupo técnico da transição a pedir um reforço de R\$ 200 milhões ainda este ano para pagar despesas, inclusive diárias de agentes da PF e da PRF (Polícia Rodoviária Federal). Há temor de que a falta de dinheiro comprometa a organização da cerimônia de posse de Lula.

A equipe de transição estuda alternativas, como a mobilização de policiais federais que estão concluindo o curso de formação na academia da corporação em Brasília, ou adiar o pagamento dos agentes que atuarem na posse para 2023.

A PRF, por sua vez, informou às superintendências regionais que os serviços de manutenção não essenciais em viaturas não podem ser realizados sem uma aprovação prévia por falta de recursos.

A medida acontece por falta de verba, sendo que as tratativas da corporação com os ministérios da Justiça e da Economia ainda estão em curso para viabilizar a complementação orçamentária. O orçamento atual para manutenção da frota é de R\$ 31 milhões, sendo que já foram executados R\$ 38,9 milhões.

Procurado, o Ministério da Economia afirmou que o governo entregará em 2022 "números fiscais robustos", mas que a situação orçamentária e financeira deste fim de ano é "desafiadora". Um dos fatores de pressão é a despesa acima do esperado com benefícios previdenciários.

A pasta informou que estão assegurados pagamentos de todas as despesas obrigatórias, como aposentadorias, pensões e outros benefícios do INSS, benefícios assistenciais, Auxílio Brasil, seguro-desemprego e a folha dos servidores públicos.

Idiana Tomazelli, João Gabriel, Mateus Vargas, Paulo
Sal dana e Raquel Lopes

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

16

INSS prevê pagamento de R\$ 2,5 bi a mais com novos benefícios em 2022

Clayton Castelani são paulo

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) deverá fechar 2022 com um acréscimo de quase 1 milhão no número de análises de pedidos de reconhecimento de direitos como aposentadorias e pensões. A projeção é passar dos 9,33 milhões de processos concluídos em 2021 para 10,27 milhões neste ano, um aumento de 10%.

Esse avanço, atribuído pelo órgão à análise automática de requerimentos implantada neste ano e aos mutirões realizados por servidores para verificação de processos no estoque, deverá aumentarem 460 mil o número de concessões, que devem passar de 4,71 milhões para 5,17 milhões (a alta também é de 10%) em relação ao ano passado.

O avanço nas concessões, porém, traz preocupação à equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro (PL). O ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, enviou ao TCU (Tribunal de Contas da União) uma consulta sobre a possibilidade de usar crédito fora do teto de gastos para bancar parte das despesas do **INSS**. O governo já promoveu bloqueio de recursos no Orçamento de 2022 e tem apenas R\$ 2,4 bilhões para bancar gastos discricionários de todos os ministérios no último mês do ano.

No **INSS**, a despesa com novos benefícios deverá subir em R\$ 2,5 bilhões neste ano. Isso significa 13,8% a mais em relação ao exercício anterior. A fatura passaria de R\$ 18,1 bilhões, em 2021, para quase R\$ 20,6 bilhões em 2022.

A maior parte desse aumento de despesas, porém, vem da alta da **inflação**, que resultou em reajuste nos benefícios acima do piso de 10,16% no início deste ano.

Até outubro deste ano, já houve elevação de R\$ 1,9 bilhão (12,5%) no valor destinado a novos benefícios, na comparação com o mesmo período de 2021. O montante passou de R\$ 15,2 bilhões para R\$ 17,1 bilhões no intervalo.

Também considerando apenas números de janeiro a outubro, o **INSS** aumentou em 8% as análises de requerimentos iniciais, passando de 7,9 milhões para 8,56 milhões, na comparação com o mesmo período

de 2021.

Isso resultou em igual aumento percentual nas concessões, que passaram de 3,98 milhões para 4,31 milhões no intervalo. A quantidade de benefícios negados subiu 9%, passando de 3,91 milhões para 4,25 milhões.

Existe no órgão a preocupação em zerar a fila de espera por benefícios, problema que é objeto de um acordo judicial homologado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no final de 2020.

Em outubro, o estoque de processos a serem analisados caiu para 976 mil. Essa foi a primeira vez que a fila ficou abaixo de 1 milhão no governo Bolsonaro. O pico foi registrado em julho de 2019, quando havia 2,56 milhões de requerimentos pendentes. No início deste ano, o estoque era de 1,76 milhão.

Esse dado não conta os casos que já passaram pela primeira avaliação e foram alvo de recurso ou estão sob averiguação por suspeita de fraude, por exemplo, cuja soma resultaria em um número de aproximadamente 5 milhões.

Técnicos do órgão avaliam que, com a manutenção do atual ritmo de conclusões de até 800 mil processos por mês, para um ingresso de aproximadamente 600 mil novos pedidos mensais, a fila de espera poderá ser praticamente zerada no início do segundo trimestre de 2023.

Embora essa agilidade tenha trazido dor de cabeça momentânea para o governo fechar suas contas, parte do aumento de gastos do **INSS** vem justamente do histórico de lentidão para a conclusão dos processos à espera de análise.

Do total de R\$ 2,5 bilhões que a Previdência deverá pagar a mais com os novos benefícios em 2022, cerca de R\$ 666 milhões resultarão de correção monetária.

Considerando só as correções depositadas aos segurados de janeiro a outubro, esse valor já está em R\$ 555 milhões, o que representa um aumento de 53% em relação aos R\$ 362 milhões pagos no mesmo período de 2021.

É obrigatória a correção pela **inflação** dos valores devidos aos segurados sempre que o primeiro pagamento ultrapassa 45 dias. O ideal, considerando a lei que regula os serviços públicos, é que a resposta ao pedido do cidadão (positiva ou não) ocorra em até 30 dias.

Embora os novos processos sob análise estejam sendo respondidos dentro do prazo, em sua maioria, os mutirões para análises do estoque antigo resultaram nesse acréscimo com a correção, explicou um técnico envolvido nesse processo.

A análise inicial automática de benefícios não alterou de forma significativa as porcentagens de pedidos aceitos e negados pelo órgão na comparação dos dados deste ano, quando os "robôs" passaram a fazer o serviço, com o ano passado. As concessões recuaram ligeiramente de 50,51%, em 2021, para 50,37%, em 2022, enquanto as negativas passaram de 49,49% para 49,63%.

O mecanismo tem sido criticado por advogados especializados em direito previdenciário porque, segundo eles, resulta em negativas de direitos por erros cadastrais que poderiam ser corrigidos em um atendimento presencial.

Para a diretora de atuação judicial do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Gisele Kravchychyn, a automatização da análise inicial requer uma campanha de orientação para que segurados possam preencher corretamente seus dados cadastrais, evitando assim recusas desnecessárias. "Não estamos dizendo que a tecnologia é ruim, mas o sistema precisa ser aprimorado", afirmou.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

16

Apagão da máquina pública ameaça até aposentados do INSS

Mesmo depois de cinco alterações na principal regra fiscal do país para conseguir ampliar gastos durante sua gestão, o presidente Jair Bolsonaro (PL) chega ao fim do mandato diante de um apagão generalizado da máquina pública e sob o risco de falta de dinheiro para pagar aposentadorias.

Os problemas orçamentários, com impactos sobre o cotidiano da população, são o retrato de um desfecho dramático para o atual governo, que pode se ver obrigado a pegar carona na proposta de emenda à Constituição (PEC) do adversário - o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - para furar mais uma vez o teto de gastos e conseguir pagar as contas.

Enquanto sucessivos recordes na arrecadação causam um superávit nas contas, o primeiro desde 2013, a necessidade de respeitar o limite de despesas obriga o governo a levar adiante um bloqueio de R\$ 15,4 bilhões sobre recursos de ministérios e verbas carimbadas por parlamentares por meio das chamadas emendas de relator.

Como resultado, quase todos os recursos previstos para o mês de dezembro evaporaram. Só há R\$ 2,4 bilhões para custear todas as despesas discricionárias dos órgãos, o que inclui compra de materiais e pagamento de contratos.

Áreas como Saúde, Educação, Meio Ambiente e Justiça estão estranguladas, e algumas atividades estão sendo paralisadas.

Nem as despesas obrigatórias escapam do aperto. O governo ainda não sabe como vai pagar integralmente a folha de dezembro do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**), pois não tem autorização do Congresso para cortar de vez as emendas de relator e remanejar os recursos para as aposentadorias.

Esses benefícios explodiram em 2022 após uma força-tarefa para reduzir a fila de requerimentos.

Crédito extraordinário Uma consulta enviada pela Casa Civil ao Tribunal de Contas da União (TCU) pode abrir caminho para editar uma medida provisória (MP) de crédito extraordinário, que autoriza gastos fora do teto.

Outra opção é incluir na PEC da Transição de Lula

dispositivo que permita a Bolsonaro exceder os limites de despesas ao fim de 2022.

As PECs para driblar o teto de gastos virou, no governo Bolsonaro, uma espécie de instrumento de gestão fiscal. Sempre que havia forte pressão por mais despesas, uma nova autorização especial era negociada com o Congresso Nacional -a mais recente delas partiu do próprio chefe do Executivo e lhe garantiu um cheque de R\$ 41,2 bilhões para turbinar programas sociais às vésperas da eleição. Em todo seu mandato, Bolsonaro gastou R\$ 794,9 bilhões fora do teto, segundo levantamento do economista Bráulio Borges, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), noticiado pela BBC News Brasil.

O teto de gastos é uma regra constitucional que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**. A qualidade das despesas extrateto, porém, tem sido questionada por especialistas e órgãos de controle, que veem mau uso da verba em políticas desfocalizadas.

Evidência disso é que a ampliação das despesas não impediu o quadro de paralisia em uma série de órgãos (Idiana Tomazelli, João Gabriel, Mateus Vargas, Paulo Saldaña, e Raquel Lopes, da Folhapress).

SAIBA MAIS

» Na Saúde, o governo determinou um novo bloqueio de R\$ 1,4 bilhão, elevando o total congelado para gastos a R\$ 3,8 bilhões. A nova trava, porém, recaiu sobre programas estratégicos. Um dos atingidos foi o Farmácia Popular. Foram R\$ 194 milhões congelados.

» Outros R\$ R\$ 224,6 milhões da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foram bloqueados, comprometendo gastos para pesquisa e atendimentos, além da verba para a construção de fábricas de vacinas.

» No Ministério da Educação (MEC), o apagão de 2022 demonstra uma escalada no processo de esvaziamento orçamentário que marcou a atual gestão.

» A pasta tem R\$ 466 milhões disponíveis para fazer empenhos (primeira fase do gasto, quando há a reserva do dinheiro para determinada ação) em todo o

mês de dezembro, valor considerado baixo para uma pasta desse porte. O bloqueio total soma R\$ 2,4 bilhões.

» Por falta de dinheiro, houve atraso na contratação para produção e entrega de livros didáticos neste ano.

» O Ministério do Meio Ambiente, por sua vez, recebeu um indicativo de bloqueio de R\$ 90 milhões, embora a Economia tenha informado uma trava menor, de R\$ 76,4 milhões no fim de novembro.

» No Ministério da Justiça, a falta de verbas para a emissão de passaportes levou a Polícia Federal (PF) a suspender a confecção de novos passaportes no dia 19 de novembro.

» As atividades foram retomadas parcialmente após uma liberação de R\$ 37,4 milhões - metade da verba solicitada pelo órgão.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-f096df0808e256cb9567b28098bc2b2e.pdf

Relatórios do Orçamento de 2023 serão analisados na CMO nesta semana

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa entre os dias 7 e 8 de dezembro os 16 relatórios setoriais referentes ao projeto da Lei Orçamentária Anual de 2023 (PLN 32/2022). Cada relatório detalha uma área do Orçamento da União e avalia as emendas que contemplam os órgãos daquela área, sugerindo quais devem ser aceitas.

O Relatório Preliminar do Orçamento de 2023 já foi aprovado na comissão e prevê que as projeções de receita e despesa totalizam R\$ 5,2 trilhões, sendo R\$ 143,5 bilhões destinados ao orçamento de investimento das estatais e R\$ 5 trilhões aos orçamentos fiscal e da **seguridade social**. Destes, R\$ 2 trilhões referem-se ao refinanciamento da dívida pública federal.

A votação do Orçamento de 2023 está prevista para o dia 16 de dezembro, em reunião conjunta do Congresso Nacional. No dia anterior, a comissão mista deve votar o parecer final do relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI).

O texto de Castro prevê que a meta para o déficit primário do governo central em 2023 foi fixada em R\$ 65,9 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023, o equivalente a 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**), com aumento em relação ao déficit primário apurado em 2021 (0,41% do **PIB**). No Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA) de 2023, a previsão é que o resultado primário do governo central seja um pouco menor do que a meta da LDO (R\$ 63,7 bilhões).

PEC da Transição

Nesta semana, parlamentares também devem definir os próximos passos da PEC da Transição. Protocolado formalmente no Senado na quarta-feira (28), o texto exclui o Programa Auxílio Brasil, que deverá ser rebatizado de Bolsa Família, da regra do teto de gastos para os próximos anos.

A medida apresentada pelo senador Marcelo de Castro é uma forma de viabilizar a manutenção do valor mínimo de R\$ 600 para o programa de transferência de renda, além de instituir um valor adicional de R\$ 150 por criança menor de 6 anos de idade de cada beneficiário.

Na prática, com o valor assegurado para o programa assistencial, os recursos ordinários do Orçamento ficariam liberado para serem remanejados, no todo ou em parte, para outras despesas. A única mudança realizada por Castro em relação ao texto proposto pelo governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva é em relação ao prazo de 4 anos para validade para a medida. Inicialmente, a exclusão do Bolsa Família do teto de gastos seria permanente. Pelos cálculos dos valores previstos no PLOA de 2023, a manutenção do Bolsa Família em R\$ 600 teria um custo total de até R\$ 175 bilhões. (Agência Brasil)

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2022/12/relatorios-do-orcamento-de-2023-serao-analisados-na-cmo-nesta-semana.html>

INSS prevê pagar R\$ 2,5 bilhões a mais com novos benefícios em 2022

Clayton Castelani FOLHAPRESS

PREVIDÊNCIA

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) deverá fechar 2022 com um acréscimo de quase 1 milhão no número de análises de pedidos de reconhecimento de direitos como aposentadorias e pensões. A projeção é passar dos 9,33 milhões de processos concluídos em 2021 para 10,27 milhões neste ano, um aumento de 10%. Esse avanço, atribuído pelo órgão à análise automática de requerimentos implantada neste ano e aos mutirões realizados por servidores para verificação de processos no estoque, deverá aumentar em 460 mil o número de concessões, que devem passar de 4,71 milhões para 5,17 milhões (a alta também é de 10%) em relação ao ano passado.

O avanço nas concessões, porém, traz preocupação à equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro (PL). O ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, enviou ao TCU (Tribunal de Contas da União) uma consulta sobre a possibilidade de usar crédito fora do teto de gastos para bancar parte das despesas do **INSS**. O governo já promoveu bloqueio de recursos no Orçamento de 2022 e tem apenas R\$ 2,4 bilhões para bancar gastos discricionários de todos os ministérios no último mês do ano. No **INSS**, a despesa com novos benefícios deverá subir em R\$ 2,5 bilhões neste ano. Isso significa 13,8% a mais em relação ao exercício anterior. A fatura passaria de R\$ 18,1 bilhões, em 2021, para quase R\$ 20,6 bilhões em 2022.

A maior parte desse aumento de despesas, porém, vem da alta da **inflação**, que resultou em reajuste nos benefícios acima do piso de 10,16% no início deste ano. Até outubro deste ano, já houve elevação de R\$ 1,9 bilhão (12,5%) no valor destinado para novos benefícios, na comparação com o mesmo período do ano passado. O montante passou de R\$ 15,2 bilhões para R\$ 17,1 bilhões no intervalo. Também considerados números de janeiro a outubro, o **INSS** aumentou em 8% as análises de requerimentos iniciais, passando de 7,9 milhões para 8,56 milhões, na comparação com o mesmo período de 2021. Isso resultou em igual aumento percentual nas concessões, que passaram de 3,98 milhões para 4,31 milhões no intervalo. A quantidade de benefícios negados subiu 9%, passando de 3,91 milhões para 4,25 milhões.

PARA ENTENDER

PREOCUPAÇÃO Existe no órgão a preocupação em zelar a fila de espera por benefícios, problema que é objeto de um acordo judicial homologado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no final de 2020.

Em outubro, o estoque de processos a serem analisados caiu para 976 mil. Essa foi a primeira vez que a fila ficou abaixo de 1 milhão no governo Bolsonaro. O pico foi registrado em julho de 2019, quando havia 2,56 milhões de requerimentos pendentes. No início deste ano, o estoque era de 1,76 milhão.

Esse dado não conta os casos que já passaram pela primeira avaliação e foram alvo de recurso ou estão sob averiguação por suspeita de fraude, por exemplo, cuja soma resultaria em um número de aproximadamente cinco milhões.

Site: <https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2313>

"Não há diferença ideológica no país da meia-entrada" - MAIS ECONOMIA

Marta Sfredo

Atual diretor do Insper, Marcos Lisboa tem doutorado em Economia pela Universidade da Pensilvânia e foi professor assistente no Departamento de Economia da Universidade de Stanford. Foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda do governo Lula entre 2003 e 2005. Depois, foi diretor-executivo e vice-presidente do Itaú Unibanco, de 2006 a 2009. Hoje, é uma das vozes mais ouvidas no debate econômico. Para alcançar a responsabilidade social, sustenta, é preciso ter responsabilidade fiscal. Em vez de cortar programas sociais, sua proposta é tributar iguais como iguais, o que não ocorre no Brasil, onde pessoas que estão entre o 1% mais rico se consideram classe média.

Responsabilidade fiscal e social são antagônicas?

Não. O descuido da sustentabilidade das contas públicas prejudica imensamente a população. O descontrole vira juro mais alto, menor investimento, maior volatilidade do câmbio e mais inflação. Minha geração viveu isso nos anos 1980. Um descuido severo gerou volatilidade, baixo crescimento e inflação alta. Isso destrutura a vida das pessoas. A dificuldade atual é que tanto o atual quanto o novo governo não querem enfrentar problemas. Governar é fazer escolhas. Se quer expandir benefícios, precisa tributar outras camadas, reduzir subsídios para a indústria. Se quer mais de um lado, tem de tributar o outro. O foco no social é bem-vindo, mas não há mágica de distribuir e não cobrar de ninguém.

A reação não é só do mercado?

Tem uma fantasia de parte da elite no Brasil de achar que é classe média. São médicos, advogados, consultores econômicos que têm empresas, donos de negócios que acham que é pequeno, com renda de R\$ 30 mil, R\$ 40 mil por mês. Estão entre o 1% mais rico do país. Se ouvirem "vamos tributar proporcionalmente os mais ricos", vão dizer "sou classe média". Se está entre o 1%, ou o 0,1% mais rico, não é classe média. Profissionais liberais com empresas com lucro presumido ou empresas no Simples pagam 10% ou menos de imposto, enquanto um trabalhador formal com a mesma renda paga 27,5%.

Mexer nessas regras não tem custo político elevado?

Não há solução fácil. O Judiciário do Brasil custa sete vezes mais do que em países semelhantes. Corresponde a 1,8% do PIB, enquanto na Itália, onde é caro, é de 0,6% do PIB. Os salários no Judiciário são muito maiores do que em outros países, e aqui somos bem mais pobres. As forças de segurança encaminharam pedido de isenção de Imposto de Renda.

Por que, se o senador que trabalha em hospital paga? O Brasil é um país disfuncional em que os grupos se organizam para dizer "somos contra a desigualdade", mas se acham especiais e querem "tratamento diferente". O resultado é a situação em que estamos. A proposta de despesas extrateto de R\$ 200 bilhões significa que inflação deve voltar a subir antes do que se esperava. Nesse país disfuncional, cada um tenta morder um pedaço maior do bolo e todo mundo fica mais pobre.

Não é pior para as camadas de menor renda, sem defesa da inflação?

E disfuncional para todos. Existe uma renda que resulta do trabalho e da produção e outra que vem de benefícios do Estado, e não para as camadas de menor renda. E preciso tributar de forma homogênea quem tem a mesma renda. Tem um país que trabalha para ter renda e outro que a obtém de subsídios, proteções. E dinheiro que sai do Brasil que trabalha e sustenta essa parte da elite.

A reforma tributária resolve?

Temos a reforma da tributação sobre o consumo prevista na PEC 45, que é essencial porque a forma de cobrança é disfuncional, atrapalha o crescimento. E temos outra necessidade, a reforma da tributação sobre a renda, mais complicada. Tem rico que paga pouco e rico que paga muito. A renda média mensal no Brasil é de R\$ 3,5 mil. A elite dos servidores públicos recebe R\$ 35 mil. Se alguém ganha mais de R\$ 30 mil no Brasil está no 1% mais rico. Mais de R\$ 100 mil, no 0,1% mais rico. O Brasil é um país pobre. A tributação sobre o consumo que o Brasil inventou é muito errada e está fadada a cair. O IVA (Imposto sobre Valor Agregado) é adotado em 160 países. E é simples: olha a nota fiscal, por quanto comprou, por quanto vendeu, e aplica alíquota uniforme.

Há valor aceitável para a PEC?

O que vejo no Brasil é que a agenda social vem na frente e, atrás, vem um caminhão de meia-entrada para grupos de interesse. Foi o que ocorreu com a PEC Kamikaze e a dos Precatórios. Vai abrir um espaço fiscal que não se sabe como será usado. Não há diferença ideológica no país da meia-entrada. Foram aprovados benefícios para caminhoneiros, taxistas, outros grupos de interesse. E a captura do Estado para interesses paroquiais.

As bombas fiscais não justificam parte dos pedidos?

Sim, mas tiveram apoio dos deputados da base de apoio do atual governo, com apoio da esquerda. Agora falam em "herança maldita". A esquerda apoiou essa herança.

Não há uma emergência social, em parte decorrente da pandemia, que exige cuidado?

O que está sendo oferecido hoje é, financeiramente, muito mais do que o Brasil já ofereceu. O problema é que o atual programa é mal desenhado, induzindo até a divisão das famílias (como não há condicionantes, o Auxílio Brasil é pago por pessoa física, não por família). Se é para fazer, tem de fazer direito e, para bancar, é preciso cortar benefícios do outro lado. Não dar isenção para setores. Querem discutir grandes teses, mas não a solução.

Diante de suas críticas, nem deveria perguntar, mas como houve especulações, você aceitaria participar do futuro governo?

Não, não existe isso.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

MST ganha espaço na transição

RAPHAEL PATI*

A proximidade histórica do Partido dos Trabalhadores (PT) e do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva com os ideais defendidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é reafirmada e ganha espaço dentro da equipe de transição do novo governo. Na última quarta-feira (30/11), o deputado Pedro Uczai (PT-SC), coordenador da área de desenvolvimento agrário e cotado como futuro ministro da Agricultura Familiar e Alimento Saudável, disse que há espaço para a atuação do MST dentro do governo e que o movimento "vai ajudar a resolver o problema da fome no país".

Em agosto deste ano, antes do início das campanhas eleitorais, o principal líder do movimento, João Pedro Stedile, afirmou, em entrevista para um podcast, que, se Lula fosse eleito, haveria um retorno das "mobilizações de massa" pelo país. Durante a campanha, o MST atuou de forma ativa pela vitória do candidato petista em seus assentamentos. Segundo Stedile, cerca de 7 mil "comitês populares de luta" foram criados para endossar o apoio à candidatura do agora presidente eleito.

Após a vitória da chapa Lula Alckmin, o MST reuniu seus principais líderes e elaborou um documento intitulado Carta ao Povo Brasileiro, publicado na última terça-feira (29/11). Na carta, o movimento enaltece a eleição do ex-presidente e reúne algumas sugestões para o novo governo, como o combate ao desmatamento florestal, a criação de programas de educação e cultura no campo e o estímulo à agroecologia.

No documento também são tecidas duras críticas ao agronegócio e ao uso de agrotóxicos no campo. "Defendemos sempre que o latifúndio é antissocial e deve ser banido e o agronegócio precisa assumir sua responsabilidade socioambiental, adequar-se às necessidades da sociedade, pagar impostos, parar de usar agrotóxicos e dar condições de dignidade aos seus trabalhadores", sustenta o movimento.

Outra pauta defendida é a valorização da agricultura familiar, com a criação de um ministério voltado especificamente para o tema. A proposição está muito perto de se tornar realidade, visto que, no esboço da Esplanada de Lula, a atual pasta da Agricultura se dividirá em três: Agricultura, Agricultura Familiar e Alimento Saudável e Pesca. Um dos cotados para assumir a cadeira é o deputado federal Pedro Uczai

(PT-SC), que mantém boas relações com o MST.

Um dos representantes do grupo na Câmara, deputado João Daniel (PT-SE), afirma que, além dos temas já mencionados, o Ministério da Agricultura Familiar atuará na proteção das comunidades quilombolas e na defesa da reforma agrária. "Nós temos uma grande esperança e a certeza de que o presidente Lula recriará este ministério, que ajudará a reconstruir a política nacional para a agricultura familiar e para a reforma agrária", destaca.

No entanto, o próximo ministro terá como entrave a escassez de recursos. A previsão de verba orçamentária definida na Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2023 para o atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), sofreu um corte de mais de R\$ 2 bilhões, passando de R\$ 15,52, inicialmente projetados, para R\$ 13,33 bilhões. Logo, o próximo ministro deverá direcionar com mais cautela os investimentos na área.

Refresco no reajuste do aluguel

Francisco Artur

Comum às famílias brasileiras que pagam ou recebem dinheiro de imóveis alugados, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) de novembro repetiu a tendência de outubro, e registrou deflação de 0,56% ante queda de 0,97% no mês anterior.

Publicado na última semana pela Fundação Getulio Vargas (FGV), a sinalização de queda nos preços de reajustes de contratos de locação pode representar um alívio ao bolso do consumidor no curto prazo.

Segundo o economista Roberto Piscitelli, porém, o ciclo que indica deflação nos índices macroeconômicos do país está próximo do fim.

Professor de Finanças Públicas da Universidade de Brasília (UnB) e colaborador do Conselho Federal de Economia (Confecon), Piscitelli relembra que a onda constante de queda de preços, este ano, é motivada por ações pré-eleitorais e efêmeras de redução de **tributos** - como o teto do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - nos combustíveis e na área de telecomunicações.

Promovidas pelo governo federal em meados de julho, essas medidas não irão segurar os preços de forma perene, já que as iniciativas que estabelecem uma alíquota na cobrança do ICMS, por exemplo, têm validade até o último dia de dezembro. Na avaliação de Piscitelli, há sinais que já mostram a tendência para o fim deste ciclo a partir de agora.

Na formação do IGP-M, por exemplo, incluem-se os dados referentes aos Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M). Diante disso, a explicação para a queda na taxa que mede o reajuste dos aluguéis ocorre devido ao desempenho do IPA-M, "que tem um peso maior na formação do IGP-M e foi exatamente o índice que registrou queda em novembro".

"Agora, se você partir dos dados do IPC-M e do INCC-M, haverá registros de subida", afirma o professor.

A questão do peso dos índices no IGP-M é dividida da seguinte forma: IPA-M representa 60% do cálculo, enquanto IPC-M e INCC-M impactam 30% e 10%, respectivamente. O desempenho do Índice de Preços ao Produtor Amplo, em novembro, caiu 0,94%. IPC-M, por sua vez, acelerou de 0,50% para 0,64%, com

inflação acumulada em 12 meses de 4,71%. O INCC-M avançou de 0,04% para 0,14%, conforme já divulgado pela FGV.

Inflação de volta

Além de dezembro significar o término da validade das medidas de redução nos **tributos** direcionados a combustíveis, alimentos e telecomunicações, o panorama mundial implica no arrefecimento da produção. Como exemplos deste cenário, o professor Roberto Piscitelli corrobora a ideia de que fatores "exógenos" como a guerra na Ucrânia, podem provocar a redução da oferta global por causa da tendência de aumento de juros nos países da Europa e nos Estados Unidos.

"Nossa tendência de **inflação** está muito associada a aumentos de custos e a fatores exógenos", pontua. Essa opinião vai de encontro à ideia de que o Brasil viveria um choque inflacionário provocado pelo aumento do consumo.

Neste ano, a projeção para a **inflação**, de acordo com analistas de mercado, é de cerca de 5,25%.

Dívidas

Ainda na avaliação do economista, a ideia de que o aumento de preços seria uma consequência da ida às compras não tem relação com a realidade das famílias brasileiras.

Roberto Piscitelli destaca que o maior impacto estava nos elevados custos com a alimentação e com os combustíveis.

"O consumo até teve um "respiro" por causa de medidas eleitoreiras do governo, mas não se pode esquecer que o que mais vinha impactando a **inflação** eram alimentos e combustíveis.

A retirada de certos estímulos é o que vai pressionar os preços.

Além disso, não há como colocar a **inflação** na hipótese de aumento do consumo porque há um grande número de famílias que estão com dívidas e negativadas", explica.

O endividamento no país, segundo uma pesquisa divulgada em outubro pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC),

abrange 80% das famílias. Trata-se do maior volume desde 2010, quando teve início a série histórica da CNC.

O estudo revela que a maioria das dívidas está atrelada a serviços em geral, como contas de luz, de telefone e de internet, carnês de loja e prestações de carro e casa, e não às instituições financeiras.

Nesse contexto, ainda de acordo com Piscitelli, a tendência é a de que as pessoas acumulem esforços para regularizar o crédito.

Conforme a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, a maioria das famílias endividadas ganha menos de 10 salários mínimos, o que corresponde a R\$ 12.120.

Fiesp, a hora da verdade - TENDÊNCIAS - DEBATES

Novos governantes tomarão posse em janeiro próximo, tanto na esfera federal quanto na estadual. Um dos inúmeros desafios que terão que enfrentar é o aumento da atividade industrial, estagnada há três décadas.

A reconstrução de uma indústria de transformação globalmente competitiva poderia compor o motor de um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social do país, com maior geração de divisas, recolhimento de **impostos** e criação de empregos, com o consequente fortalecimento do setor de serviços e da agricultura moderna. A indústria do futuro, contudo, exige um ambiente de negócios favorável, um sistema tributário simples, isonômico e que taxe a real agregação de valor, a integração do Brasil ao mundo, e um processo de modernização que a coloque alinhada à revolução digital e a uma economia de baixo carbono.

As associações empresariais têm um papel importante a defender nessa agenda modernizadora. Essa função tem sido exercida por agremiações setoriais, por think tanks como Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), CDPP (Centro de Debate de Políticas Públicas), Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), Ieps (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde) e Cindes (Centros de Estudos de Integração e Desenvolvimento), por alguns sindicatos patronais mais atentos e pelas federações de indústrias.

No caso de São Paulo, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), sob nova direção desde o início de 2022, angariou o apoio de expressivo número de empresários comprometidos, que a creditam em sua legitimidade para participar desse desafio. Seus conselhos superiores passaram a ser compostos por dirigentes industriais; suas áreas internas de apoio foram fortalecidas e valorizadas dentro de uma nova dinâmica, visando a redefinição da atuação da entidade paulista.

Uma ambiciosa "Jornada de Transformação Digital" pretende modernizar mais de 40 mil pequenas e médias empresas paulistas, com o apoio de Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas) e com recursos adicionais disponibilizados por uma agência estadual, o Desenvolve-SP.

No momento em que o país precisa colocar diferenças políticas de lado, ajudar e fortalecer os novos governantes, não faz sentido a Fiesp perder-se em questões paroquiais ou ameaçar ser influenciada por um grupo que, quando à testa da entidade, não defendeu os interesses de uma indústria moderna para o país.

O processo de transformação da Fiesp mal se iniciou, mas precisa ter prosseguimento. Erros de comunicação podem ter sido cometidos ao não sinalizar com clareza a nova estratégia -ou ao não integrar os importantes sindicatos patronais nesse esforço. Não faz sentido, no entanto, interromper um processo em andamento, embora certamente haja melhorias a fazer. Mas não podemos perder de vista que a Fiesp não é um objetivo em si mesmo; é um meio para fortalecer, revigorar e modernizar as empresas industriais sediadas em São Paulo.

Aqueles que de fatos estejam comprometidos com a busca de um novo caminho para a indústria, e com o necessário redesenho do sistema de representação empresarial, devem manifestar seu apoio à liderança de Josué Gomes da Silva na condução deste novo momento da Fiesp. O reiterado olhar para o passado - e passado de duvidoso resultado- e o mau hábito de se ocupar mais para dentro de seus domínios do que para fora não está de acordo com a urgência de todos, juntos, ajudarmos a fazer acontecer o futuro. Futuro que, mais do que nunca, recomeça agora.

[...]

Não faz sentido interromper um processo em andamento, embora certamente haja melhorias a fazer. Mas não podemos perder de vista que a Fiesp não é um objetivo em si mesmo; é um meio para fortalecer, revigorar e modernizar as empresas industriais sediadas em São Paulo

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

MEC não define critérios de distribuição de verba do Fundeb por desempenho

Paulo Saldana *brasil*

A partir de "20"23 a União passa a transferir, de modo inédito, recursos de manutenção da educação básica por resultados. A menos de um mês do fim do ano, no entanto, o MEC (Ministério da Educação) não definiu os critérios de distribuição desse dinheiro, previsto com o novo Fundeb.

O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica e foi renovado em 2020, o que ampliou a complementação que a União faz ao bolo de **impostos** direcionados para prefeituras e governos estaduais com base no número de matrículas. O novo Fundeb prevê que um percentual desses recursos seja distribuído por resultados educacionais, com base no cálculo do VA AR (Valor Aluno Ano Resultado).

O governo Jair Bolsonaro (PL) precisa correr: os critérios e os cálculos para indicar os municípios beneficiados têm de ser definidos até o fim de dezembro para que os primeiros pagamentos ocorram em 10 de janeiro.

Essa demora -o prazo inicial era outubro-têm afligido municípios e também a equipe técnica do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), responsável pelos repasses.

O governo estimou uma complementação ao Fundeb de R\$ 39,9 bilhões no ano que vem. A parcela destinada para resultados será de 0,75% em 2023, o que representa um montante de R\$ 1,8bilhão, levando em conta essa estimativa do orçamento elaborado pelo governo.

A legislação define que o VAAR leve em conta uma série de condicionalidades, que combinam itens como redução de desigualdades nas avaliações de aprendizagem e cumprimento de exigências, como a determinação de escolha técnica de diretores de escola (no lugar de indicações políticas).

Houve definição até agora de uma metodologia que leva em conta redução de desigualdades de aprendizado entre negros e pobres apurados pelo Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica). Os termos dessas regras já receberam críticas de integrantes do gabinete transição da educação do futuro governo de Luiz Inácio Lula da

Silva (PT).

O modelo do governo Bolsonaro, oficializado em resolução publicada em novembro, considera essa redução de desigualdades a partir das médias entre negros e não negros, e dos 25% mais pobres e 25% mais ricos.

Integrantes da transição e do movimento negro advogam por um critério que leve em conta percentuais de estudantes por níveis de aprendizado, de modo a não apagar desigualdades dentro dos grupos.

"Esse indicador tem de ponderar mais a desigualdade e não o resultado médio. Tem de olhar qual a desigualdade maior entre os grupos e não a média", diz a professora da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) Zara Figueiredo, nomeada no grupo de transição na quinta-feira (1).

Figueiredo ressalta que essa é a primeira vez que o fator raça aparece em uma legislação como essa, mas, diz ela, há limitações. "É necessário olhar como cada grupo está dentro desses níveis de aprendizagem. Se não, vamos premiar redes que não necessariamente fizeram avanço."

Especificar desigualdades nos índices é uma nova chave econômica que altera o enfoque genérico que sempre apareceu nos documentos oficiais, diz Cida Bento, liderança do movimento negro, conselheira do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) e também integrante da transição.

"Quando digo que, se melhorar a desigualdades você vai ganhar mais recursos, isso faz com que as coisas se transformem. Mas é preciso criar uma base de apoio ampla da população, uma campanha que explique por que o corte racial é importante", diz Bento.

Lideranças negras no grupo de transição, como Bento e Figueiredo, já planejam um documento em que apontarão possíveis melhorias nos critérios do VAAR com relação ao combate às desigualdades.

Questionado, MEC e Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) não responderam. A resolução do mês passado foi elaborada pelo

instituto.

Integrantes da área técnica do Inep relataram à Folha que há dentro do órgão o entendimento de que esses instrumentos precisam de revisão não apenas no ano que vem, mas de modo permanente. A resolução do Inep leva em conta os resultados do Saeb entre 2017 e 2019, uma vez que os dados da prova de 2021 foram ignorados porque ficaram comprometidos por uma baixa participação de alunos na pandemia.

A complementação da União ao Fundeb representará, em 2023, 17% do bolo total do fundo. Até 2026, esse índice chega a 23% -era de 10% no modelo antigo.

O novo Fundeb previu um modelo híbrido de distribuição, em que parcelas da complementação são distribuídas a partir de três critérios diferentes. A maior parte leva em conta a realidade de gasto educacional dos estados e municípios, e uma parte menor (de 2,5% em 2026) vai pelos resultados -também há, entretanto, um crescimento escalonado desse percentual. "A lei de regulamentação do Fundeb já ficou confusa e agora a implementação está gerando muita dúvida, falta clareza", diz Mariza Abreu, consultora de educação da CNM (Confederação Nacional de Municípios). "Ainda tem de sair resolução com o indicador [de distribuição do VAAR], e depois uma portaria de estimativa com as redes contempladas, pode gerar bastante questionamento."

Para acessar os recursos reservados para resultados, é preciso cumprir cinco condicionalidades: provimento de cargo de diretor de escolar com critérios técnicos de mérito e desempenho, participação de 80% dos estudantes no Saeb, redução de desigualdades socioeconômicas e raciais no Saeb (foco da resolução do Inep), alinhamento à Base Nacional Comum Curricular e aprovação de legislação estadual que divide o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) com municípios levando em conta resultados educacionais.

Somente os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro não aprovaram essa lei, o que não vai permitir que seus respectivos municípios estejam aptos a esses recebimentos. Segundo dados do MEC obtidos pela Folha, 4.363 municípios cumpriram os requisitos (já excluindo Rio e Minas).

A partir dessas condicionalidades, o MEC precisa criar um indicador para a distribuição em si, que deve levar em conta o nível e o avanço dos resultados médios na avaliação oficial da educação básica, taxas de aprovação no ensino fundamental e médio e as taxas de atendimento escolar -essa última leva em conta a inclusão de crianças e jovens que estão fora da escola.

O governo atual também não definiu um novo modelo de avaliação da educação uma vez que as metas do Saeb e Ideb (índice calculado a partir dos resultados das provas) foram estipuladas somente até 2021.

A transição garante que haverá avaliação de qualquer forma em 2023, sobretudo por causa dessa transferência por resultados. O MEC criou um grupo de trabalho para desenhar o novo sistema. Linhas gerais já foram apresentadas para secretários de educação, mas o governo não conseguiu finalizá-lo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50116>

Um arsenal de propostas

As equipes de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), concluíram o primeiro relatório elaborado pelos grupos técnicos de cada área. O pacote reúne propostas de socorro financeiro imediato a áreas sensíveis, como saúde, segurança pública e educação, e ações de curto e médio prazo, como a suspensão de atos que permitam a prescrição de multas ambientais, a paralisação de venda de ativos da Petrobras, a interrupção de privatizações como a da Dataprev e a criação de um marco legal para regular a internet.

Também está nos planos do futuro governo lançar já em 2023 um recenseamento dos caçadores, atiradores esportivos e colecionadores de armas (CACs), grupo que cresceu por incentivos do governo de Jair Bolsonaro e até elegeu membros para o Congresso. A proposta é mapear as armas que foram adquiridas legalmente por esses civis e acabaram desviadas.

A falta de recursos e o apagão administrativo marcam os fatores mais presentes na maior parte dos diagnósticos. Há preocupação para que medidas de efeito imediato sejam tomadas para resolver o rombo de contas em aberto ainda neste ano e que não têm previsão de pagamento, além de débitos esperados já no início de 2023. Nesta situação estão itens como a compra de vacinas contra todo tipo de doença, combustível para viaturas da Polícia Federal e livros didáticos do ensino básico.

Em entrevista, o médico sanitário Arthur Chioro, coordenador da equipe da Saúde, disse que a área precisa de R\$ 22,7 bilhões para que cumpra apenas aquilo que é primordial. Além do orçamento, o documento vai cobrar a reestruturação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), para que as campanhas ganhem novamente a confiança da população.

Estratagem Na Educação, os integrantes do grupo temático incluíram pedidos de verba para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e para as universidades e institutos federais, por exemplo. O PNLD chegou a sofrer um bloqueio de R\$ 796,5 milhões neste ano. Parte do material previsto pelo Ministério da Educação para estudantes do 1º ao 5º ano pode não chegar a tempo do início do ano letivo de 2023.

O documento específico sobre o orçamento da área compilado pelo PT aponta o estrangulamento de áreas

cruciais.

Segundo o texto, há "grande queda de orçamento em relação a 2022, como o apoio à manutenção da educação infantil (de R\$ 102,2 milhões para R\$ 2,6 milhões) e o apoio à implantação de escolas de educação infantil (de R\$ 111 milhões para R\$ 2,5 milhões)".

Na área do meio ambiente, por exemplo, o que se pretende é suspender o efeito de decretos e portarias editadas tanto pelo ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles e o atual, Joaquim Leite, quanto pelo presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Bim. O entendimento da equipe é que as normas não apenas emparelharam a fiscalização ambiental, como pressionaram os agentes ambientais e permitiram que infratores deixassem o processo correr, sem consequências.

A transição ainda não tem clareza sobre qual é o número exato de multas que estão prestes a prescrever, em qual prazo nem qual o valor total. A equipe quer ainda revisar o programa "Adote um Parque", que foi lançado por Salles, como forma de retirar unidades de conservação ambiental das mãos do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e repassá-las para a iniciativa privada.

Há emergência, ainda, em áreas como a de energia, para evitar que a venda de ativos pela Petrobras avance ainda neste ano, sem que o governo eleito possa fazer qualquer análise prévia dos negócios.

Já o grupo técnico de Comunicações vai apresentar sugestão de regulação das mídias digitais. A informação foi confirmada pelo ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo. "A gente acha que tem que ter alguma medida regulatória para as plataformas digitais, sobre temas como o uso, os direitos das pessoas, a responsabilização por problemas que haja, como fake news, por exemplo", comentou Paulo Bernardo. A proposta será submetida ao Congresso.

Para organizar o trabalho, a transição montou um roteiro que deverá ser cumprido até o fim da mudança de governo.

O jornal O Estado de S. Paulo teve acesso a um manual que aponta prazos para entrega de relatórios, indica diretrizes de trabalho e faz recomendações

sobre como lidar com a imprensa.

Os documentos são preliminares e servirão para nortear o início dos trabalhos do futuro governo Lula. Após este primeiro relatório, as equipes temáticas terão de apresentar seus pareceres finais até o dia 11 de dezembro. O PT ainda não definiu a data para encaminhar esses documentos aos futuros ministros.

Alertas O manual da transição indica que os pareceres terão alertas identificados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e por outros órgãos de controle. Na semana passada, a Corte encaminhou relatórios à transição com cenários de diferentes áreas do governo.

O TCU alertou a equipe de Lula de que o governo Bolsonaro deixou o Sistema Único de Saúde (SUS) em situação com "indícios de insustentabilidade" e nem sequer tem dados básicos, por exemplo, sobre a cobertura vacinal contra covid-19. A precariedade dos dados fez com que a Corte de contas informasse ao grupo de transição que não foi possível nem avaliar o cumprimento de metas de imunização.

O manual recomenda que sejam indicadas "eventuais revogações de atos normativos".

Para o relatório do dia 11 de dezembro, há um pedido para que os grupos indiquem contratos que vencem até 30 de abril de 2023 e que há risco de paralisação de serviços.

O documento tem um trecho dedicado à relação com a imprensa. "Recomenda-se fortemente evitar compartilhar com a imprensa questões preliminares, que demandem decisões políticas e outras de natureza sensível", diz o manual.

As propostas dos 12 grupos de trabalho

MEIO AMBIENTE

Suspensão das regras de multas ambientais que têm permitido a prescrição de milhares de infrações Revisão do programa "Adote um Parque", que privatiza unidades de conservação ambiental Novo organograma do Ministério do Meio Ambiente, com retomada do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) SAÚDE Recomposição de orçamento de R\$ 22,7 bilhões para atender necessidades emergenciais Retomada do programa Farmácia Popular, Saúde Indígena e de provisão de médicos na atenção primária e residências Compra de vacinas contra a covid e reestruturação do Programa Nacional de Imunização (PNI) EDUCAÇÃO Pedido de verba para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Recomposição do orçamento de universidades e institutos federais Possibilidade de

revogação de decretos de Bolsonaro ligados ao Programa das Escolas Cívico-Militares e à Política Nacional de Educação Especial CULTURA Destruir acesso a recursos da Lei Rouanet Reativar fundo de incentivo ao setor audiovisual Recompôr a estrutura do Ministério da Cultura, transformado em secretaria por Bolsonaro SEGURANÇA PÚBLICA Revogação de decretos de Bolsonaro que facilitaram acesso a armas de fogo Recomposição imediata de recursos para Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, para serviços básicos de passaportes e operações Retomada do projeto "Guardiões das Fronteiras", com repasse de recursos aos estados para manter efetivo em bases na região amazônica Pagamento ao fundo penitenciário nacional devido aos estados, relativo a 2022 MINAS E ENERGIA Rever plano de venda de ativos da Petrobras Revisar política de preços de combustíveis da Petrobras Cancelar projetos de usinas térmicas que foram incluídas em texto "jabuti" na lei de privatização da Eletrobras Cancelar proposta para construção da rede de gasodutos (Brasduto) COMUNICAÇÕES Sugerir processo de regulamentação da internet, com abertura de consulta pública e elaboração de texto a ser enviado ao Congresso Redução de taxas de serviços cobrados na área de telecomunicações Separar novamente as empresas EBC e NBR, hoje unidas em TV Brasil Retirar Correios e EBC da lista de metas de privatização CIDADES Reativação do programa Minha Casa Minha Vida, incluindo a faixa 1 Reformulação de políticas internas da Caixa Econômica Federal para descentralizar gestão de projetos na área de habitação AGRICULTURA Redução de taxas de juros do Pronaf (agricultura familiar), Pronamp (médios) e Inovagro (financiamento de programas de inovação e qualificação profissional Criação de linhas de crédito para produtores comprometidos com metas de recuperação ambientais Redução de juros a produtores que promovem produção com baixa emissão de carbono Redução de taxas para financiamento de tratantes e colheitadeiras TRABALHO Retomar a estrutura do Ministério do Trabalho Acabar com projeto Carteira Verde e Amarela, que tramita no Congresso Revisar a reforma trabalhista de Michel **Temer** e o "trabalho intermitente", aquele que é prestado de forma esporádica PREVIDÊNCIA Retirar a estatal Dataprev da lista de privatizações Fortalecer a área de tecnologia da informação do órgão que administra as aposentadorias Zerar a fila de pedidos do **INSS**, que hoje chega a cerca de 2 milhões de pessoas TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E CONTROLE Analisar os sigilos de 100 anos **impostos** pelo presidente Jair Bolsonaro Apresentar projetos para aperfeiçoar mecanismos de controle e combate à corrupção nas estruturas do governo federal e estatais

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-f096df0808e256cb9567b28098bc2b2e.pdf

"Com política pragmática, Lula verá dólar a R\$ 5"

RICARDO LEOPOLDO

Executivo é diretor de investimentos para mercados emergentes das Américas do UBS Global Wealth Management

A adoção, por parte do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de uma política fiscal pragmática, que busque equilibrar as despesas com as receitas, levaria o câmbio para a cotação de R\$ 5 em um horizonte de 6 a 12 meses, afirmou ao Estadão/Broadcast o diretor de investimentos para mercados emergentes das Américas do UBS Global Wealth Management, Alejo Czerwonko.

"Ele deverá recuar dos seus objetivos de elevar os gastos públicos de forma excessiva", frisa o executivo, alertando que o mercado está avesso a risco em tempos de juros mais altos nos Estados Unidos.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista: Quais são as expectativas de investidores para a política econômica de Lula?

O presidente eleito enfrentará grandes restrições externas e internas. O mundo mudou após a pandemia. A inflação está alta, os bancos centrais subiram juros e a liquidez está restrita. Nesta conjuntura, a boa formulação de políticas importa mais para os emergentes.

Não é preciso muito para que investidores globais hoje fujam de países que estão se movendo na direção errada, pois eles podem alocar capital em títulos de curto prazo do Tesouro dos EUA, rendendo cerca de 4,5% ao ano. O Brasil não é exceção. Veja a queda das ações no início deste mês. Se uma nação adotar políticas fiscal e monetária prudentes será modestamente recompensada. Se escolher um conjunto de políticas não ortodoxas será gravemente penalizada. Há um conjunto de restrições muito importantes e acredito que o presidente Lula entenda que elas existem.

E quais restrições seriam essas?

Quase metade do País votou contra Lula. A composição do Congresso é inclinada ao centro. Ele só venceu as eleições porque conseguiu construir pontes com o centro, como a escolha de Geraldo

Alckmin para seu vice. Sabemos que o aumento das despesas, inclusive na área social, estava no programa de governo de Lula.

Mas, se ele continuar defendendo isso, terá muita resistência política e, provavelmente, dificuldades para governar.

Mas acredito que o presidente será pragmático e vai administrar o país da melhor forma.

Mas Lula não está certo em defender gastos sociais e a defesa do meio ambiente?

O atual presidente (Jair Bolsonaro) não é percebido pelo mundo como o melhor embaixador do Brasil sobre sustentabilidade ambiental. Investidores internacionais estão cada vez mais focados neste fator.

Mas não acredito que o mercado vá tolerar irresponsabilidade fiscal, por mais que a nova administração tenha boas credenciais ambientais. O mercado não está necessariamente contra Lula. O problema é que o novo governo terá de ter despesas menores em outras frentes ou aumentar impostos.

Por que há ansiedade sobre a política fiscal de Lula?

Muitos investidores estão esperando para saber quem será o ministro da Fazenda para tomar suas decisões em relação à aplicação de capitais no Brasil no curto prazo.

No seu cenário-base, qual é a tendência do câmbio nos próximos trimestres?

No horizonte de 6 a 12 meses, acreditamos que o câmbio ficará em R\$ 5, considerando que o novo governo adotará uma política fiscal pragmática. Se isso não ocorrer, é provável que supere R\$ 5,50 neste período.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Baixo carbono, o futuro da agricultura

RAFAELA GONÇALVES

Um dos principais desafios da economia global envolve a necessidade de mitigação das mudanças climáticas em equilíbrio com a manutenção dos processos produtivos. A agropecuária brasileira é a atividade responsável por 30% das emissões de gases de efeito estufa no país, segundo o Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Como grande produtor e exportador de alimentos e por suas dimensões continentais, estima-se que a atividade seja responsável por 7% das emissões mundiais.

Técnicas sustentáveis de manejo do solo e da pecuária já são uma realidade, mas ainda existem barreiras para popularizá-las no Brasil, é o que afirmou o ex-deputado e empresário do ramo de alimentos orgânicos Joe Valle, que integra a equipe de transição do futuro governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo ele, a agricultura de baixo carbono passou a ser um tema central na agenda do próximo governo, já que o agronegócio brasileiro é responsável por 27% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país.

"É preciso entender que sustentabilidade transcende questões ideológicas para o business. No mercado moderno, os clientes buscam por produtos que tenham práticas sustentáveis embarcadas. E um desafio é que os governos entendam isso e coloquem o tema em sua questão central, para que políticas sejam construídas", diz Valle, que destacou que a transição sustentável já é uma realidade. "Precisamos construir um consenso de unidade. O objetivo é conjunto, produzir e preservar", acrescentou.

Vários acordos foram firmados em relação a investimentos em países que diminuem as emissões de carbono ao longo das Conferências das Nações Unidas sobre o Clima (COPs). Além disso, muitos países têm barrado o comércio com quem não respeita as regras propostas. Em sua participação na COP27, no último mês, o presidente eleito sinalizou que o Brasil pretende voltar a ter protagonismo na preservação do meio ambiente.

Para Alexandre Brendt, chefe geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no Sudeste - primeira unidade a iniciar estudo sobre os gases de efeito estufa no país -, para continuar sendo uma referência mundial em agronegócio, é preciso se adequar à agricultura de baixo carbono. "Vemos o

impacto das mudanças climáticas em todo o planeta, mas precisamos pensar no que está ao nosso redor, as ações para combatê-la tem que ser feitas localmente. Desde uma fazenda de produção de leite a uma indústria, o esforço deve ser de todos", afirma.

Responsável por cerca de 10% da produção mundial de trigo, soja, milho, cevada, arroz e carne bovina, Brendt avaliou a importância do papel do país na produção de alimentos para a cadeia mundial. "Na produção de alimentos, especialmente, temos uma demanda muito aquecida, além do crescimento populacional. O Brasil é uma grande potência no combate à insegurança alimentar. Só que essa produção não pode mais ser feita como antigamente, hoje existe tecnologia para produzir melhor e de maneira mais sustentável." Eficiência é a palavra que a gente precisa buscar nos processos de produção, de acordo com o chefe-geral da Embrapa. "Qualquer desperdício é desperdício, seja de energia, de insumo, de alimento ou de adubo. Adotando tecnologias para o ganho de eficiência, o produtor economiza no custo de produção e acaba ganhando mais. Ao mesmo tempo, isso significa produzir com menor impacto ambiental e de maneira mais sustentável", avalia.

Com preços mais baixos, atacarejos crescem e superam todas as crises - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

"Atualmente, os atacarejos abastecem 69% das casas, mais do que qualquer outro ramo de supermercados." Poucos setores no Brasil, talvez nenhum, passaram sem sobressaltos nos últimos anos por crises econômicas, tensões políticas e cenário internacional adverso quanto o atacarejo, formato que une vendas no atacado e no varejo. Segundo estudo feito pela Nielsen, a penetração do segmento nos lares brasileiros cresce de maneira ininterrupta desde que a consultoria começou a realizar esse tipo de levantamento, em 2015. Atualmente, os atacarejos abastecem 69% das casas, mais do que qualquer outro ramo de supermercados. Destaca-se também o fato de os estabelecimentos terem passado a atrair clientes das classes A e B, o que mostra uma notável mudança de hábitos de consumo - os mais ricos, portanto, também renderam-se ao modelo. O motivo é óbvio: preço. Embora as lojas na maioria das vezes sejam desconfortáveis, elas seduzem o consumidor ao oferecer itens mais baratos. Em tempos de solavancos na economia, a estratégia faz toda a diferença.

Rede social Koo chega a 1 milhão de usuários no Brasil

A rede social indiana Koo conquistou os brasileiros. Nos últimos dias, a participação do país no ranking internacional de inscritos na plataforma saiu do 75º lugar, com 2 mil perfis, para o segundo posto, com 1 milhão de usuários. O aplicativo, cuja pronúncia virou piada por aqui, ganhou espaço após a compra do Twitter por Elon Musk, em outubro. Desde então, Musk tem prometido transformar a rede num lugar para "liberdade." O temor, contudo, é que estimule a disseminação de notícias falsas.

Na Microsoft, funcionários querem um motivo justo para ir ao escritório

Quase três anos depois do início da pandemia, empresas e funcionários não chegaram a um consenso sobre o sistema de trabalho ideal - se deve ser 100% presencial, híbrido ou integralmente home office. Na Microsoft Brasil, 60% dos empregados afirmaram precisar de uma razão justa para estar na companhia se podem exercer suas tarefas longe do escritório. Ninguém quer ir à empresa apenas para agradecer o chefe ou socializar. É preciso que a

presença faça sentido e ajude a melhorar a produtividade.

Semana de quatro dias aumenta produtividade

O maior estudo já feito sobre o impacto para as empresas da adoção da semana de quatro dias trouxe resultados surpreendentes. De acordo com o levantamento realizado pela organização 4 Day Week, que acompanhou 33 empresas em diversos países durante um ano, todas elas apresentaram crescimento de suas receitas, os pedidos de demissão despencaram e os níveis de engajamento dos funcionários avançaram consideravelmente. Até a disposição para trocar o home-office pelo escritório aumentou.

1,8 MILHÃO

de veículos novos foram vendidos no Brasil de janeiro a novembro, segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). O resultado significa uma queda de 1,31% em relação ao mesmo período do ano passado

Temos um longo caminho a percorrer para reduzir a **inflação**.

Suspeito que o Fed (banco central americano) vai realizar mais aumentos nas taxas de juros do que o mercado está julgando" Larry Summers, ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos.

RAPIDINHAS

A Itaúsa, holding que tem em seu portfólio gigantes como Itaú Unibanco, Alparagatas, CCR, Dexco Aegea, Copa Energia e NTS, pretende ampliar as ações na área ambiental. O conglomerado anunciou a criação do Instituto Itaúsa, que pretende destinar, a partir de 2025, R\$ 50 milhões por ano para projetos sustentáveis.

Cada vez mais empresas buscam investir em programas ligados à sustentabilidade. De acordo com pesquisa recente realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 59% das indústrias brasileiras possuem uma área específica para lidar com o tema. No levantamento anterior, realizado há dois anos, o índice era de 34%.

A indústria brasileira de fertilizantes deverá crescer 34% em 2022, conforme projeção da Associação Brasileira de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo). Em 2021, a expansão foi de 65%. O setor tem ampliado os investimentos para depender menos das importações: os aportes em Pesquisa e Desenvolvimento (P D) chegaram a R\$ 400 milhões.

A política de "Covid Zero" provoca estragos na economia chinesa. Embora os números oficiais sejam nebulosos, especialistas calculam que a iniciativa tenha encolhido em 20% o **PIB** do país. A média de casos diários chegou a 40 mil - é o maior número desde o início da pandemia. A China tem atualmente oitenta cidades em quarentena.

O Partido Judicial substituiu os militares na América Latina

Uma das figuras mais emblemáticas da América Latina e da política de seu país, a vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, quebrou um silêncio de cinco anos sem conceder entrevistas e recebeu a Folha para uma conversa em Buenos Aires no Instituto Pátria, que fundou inspirada no instituto de Lula (PT) no Brasil.

É a primeira vez também que ela concede entrevista a uma publicação brasileira.

Aos 69 anos, Cristina, que já foi deputada, senadora, primeira-dama e presidente da Argentina por duas vezes, será julgada na terça (6) em um processo em que é acusada de liderar um esquema de desvio de verbas públicas.

A Procuradoria pede que ela seja condenada a 12 anos de prisão. Os promotores dizem que Cristina chefiava uma associação ilícita que destinava verbas para 51 obras na província de Santa Cruz, da qual o ex-presidente Néstor Kirchner, seu marido, morto em 2010, foi governador.

Cristina diz que é vítima de um "pelotão de fuzilamento" e que as acusações são uma "falsidade absoluta". Como Lula, ela seria vítima de "lawfare", quando juízes perseguem investigados por razões políticas.

Na conversa, a vice-presidente afirma que o "Partido Judicial", espalhado por países da região, cumpre hoje a função que antes era exercida pelos militares, de controlar a "vontade popular" e obstruir governantes que promovem a inclusão social e a defesa do patrimônio nacional.

Ela admite que a Argentina, cuja pobreza atinge 30% da população e que enfrenta uma **inflação** anual de quase 90%, "não vai bem". Mas tira a culpa dos ombros do presidente Alberto Fernández.

Apesar disso, se recusa a falar sobre ele -os dois estão rompidos.

Cristina enfatiza também os desafios de ser uma mulher, e ainda "com cintura", em cargos de poder. Segundo ela, Jair Bolsonaro (PL), se fosse mulher, já estaria "preso" pelo que diz.

A vice-presidente, que sofreu um atentado em setembro, fala sobre o medo de morrer ou de ser presa -e diz estar segura de que o crime contra ela teve um mandante.

A SENTENÇA

Nesta terça (6) a Justiça vai dar o veredicto sobre o processo em que a senhora é acusada de associação ilícita com um empresário que se beneficiou de obras públicas em Santa Cruz, no sul da Argentina, quando Néstor Kirchner e a senhora presidiram o país. A senhora diz que o veredicto condenatório já está escrito. Há provas de seu envolvimento? A sentença foi escrita em 2 de dezembro de 2019, na primeira vez em que testemunhei neste julgamento. Por razões muito simples. Primeiro: todas as minhas garantias constitucionais foram violadas. Segundo: tudo o que foi dito é mentira. Terceiro: o juiz que investigou este caso [em primeira instância, e decidiu enviá-lo a julgamento] é o mesmo [Julián Ercolini] que há sete ou oito anos, diante das mesmas denúncias feitas pela oposição, disse que não era competente [para investigar] e enviou o processo para [a Justiça do] sul do país.

A Justiça de Santa Cruz investigou e houve o sobreseimiento [quando um processo é finalizado por falta de causa]. Aquele processo envolveu o mesmo empresário e exatamente as mesmas 51 obras que agora voltaram a ser investigadas.

Quando todas as garantias são violadas, quando o juiz falava uma coisa e hoje fala outra com base em uma denúncia feita pelo governo [de seu principal opositor, o ex-presidente Mauricio] Macri, obviamente haverá uma condenação.

Foram três anos de audiências em que todas as provas testemunhais, documentais e periciais mostraram que é uma falsidade absoluta querer me envolver.

Além disso, constrói-se a imagem de ladrão, imputando-me crimes patrimoniais quando, na verdade, quando terminei meu mandato, eu tinha os mesmos bens pelos quais já fui investigada três vezes.

Em uma delas, inclusive, por esse juiz que nos acusa hoje [no processo das 51 obras], Julián Ercolini.

Ambos [ela e Néstor Kirchner] fomos absolvidos.

Mas seu patrimônio aumentou? Quando chegamos na Presidência [em 2003, no primeiro mandato de Néstor Kirchner], não éramos pobres. Tínhamos mais de 23 propriedades e uma aplicação financeira equivalente a US\$ 3 milhões.

O jornal "La Nación" fez na época uma reportagem dizendo que éramos um casal que tinha já um bom patrimônio [antes de chegar à Presidência].

Alguns bens nós vendemos, compramos outros. Mas, quando saí da Presidência, voltei para a mesma casa em que morava antes. Os bens que tenho hoje são os mesmos de 2015.

É tudo tão claro que tiveram que abrir um processo com falsas denúncias sobre obras que já haviam sido julgadas porque não podiam mais me processar por enriquecimento ilícito.

Isso tudo foi feito pelo mesmo juiz [Ercolini]. Porque os processos [que a envolveram] caíram sempre com dois juízes: [Claudio] Bonadio [que morreu vítima de um câncer em 2020] e Ercolini.

Alguém fez o cálculo sobre as possibilidades de eles [juízes] serem sorteados [mais de uma vez para diferentes processos]. É uma em dois milhões.

A senhora diz que o sistema de sorteios foi manipulado? Sim, absolutamente.

Mas se fala muito sobre sua proximidade com o empresário Lazaro Baez, que teria se beneficiado das 51 obras. Ele seria sócio da senhora e de Néstor. Não, em absoluto. Você é sócio quando tem um contrato de sociedade. Ele era amigo de Néstor, como outros amigos empresários que Néstor tinha. Mas não, não.

A senhora sempre se refere a um "Partido da Justiça". Por que deveríamos acreditar que os juízes argentinos não são honestos? Por tudo o que estou te contando. Denunciamos que esse juiz [Ercolini] se declarou incompetente [para julgar a causa contra Cristina, há oito anos] e depois se declarou competente. Tudo cai em "saco roto" [em saco rasgado, ou em ouvidos surdos].

Ricardo Lorenzetti, que era presidente do Tribunal [a Corte Suprema de Justiça, equivalente ao STF brasileiro], na época, tirou foto com [o ex-juiz] Sergio Moro de um lado e com Bonadio, o juiz que perseguia a mim e à minha família, do outro.

Aqui o lawfare [perseguição de adversários por meios judiciais] foi enfrentado desde a cúspide do poder.

Foi um fenômeno de toda a região. E eu tenho uma percepção sobre isso.

E qual é ela? O fenômeno do "Partido Judicial" aconteceu com Lula, com [o ex-presidente do Equador Rafael] Correa e acontece comigo.

Correa hoje é considerado um fugitivo asilado na Bélgica. E veja o que era o Equador quando ele governava e o que é hoje, um país devastado pelo narcotráfico, com uma desigualdade muito mais profunda.

Com Lula, a mesma coisa. A diferença é que as mesmas pessoas que o meteram preso depois foram buscá-lo e reverteram o que tinham feito. E por quê? Porque chegou Bolsonaro, um personagem que fez muito mal ao país e a muitos atores da vida brasileira.

Portanto, aqueles que insultaram Lula e permitiram que Dilma [Rousseff, do PT] sofresse o impeachment finalmente deram toda "la vuelta" [fizeram um giro] e terminaram admitindo que o juiz Moro tinha sido absolutamente parcial.

Se o Bolsonaro, em vez de homem, fosse mulher, já estava preso

Cristina Kirchner

vice-presidente da Argentina

MANCHETE

E por que surgiria o que a senhora chama de "Partido Judicial" na América Latina? O "Partido Judicial" substituiu o "Partido Militar" na região.

Depois da queda do Muro de Berlim [em 1989], começa na América Latina o período de governos neoliberais, com o aprofundamento da desigualdade, da miséria e da exclusão. E isso [posteriormente] gera uma onda de governos populares, nacionais e democráticos.

E obviamente começam a surgir novos instrumentos para controlar os governos que foram além do que o establishment lhes permitia na inclusão social e na defesa do patrimônio nacional.

A doutrina de Segurança Nacional e as ditaduras militares já não eram bem vistas para controlar a vontade popular e o surgimento de movimentos populares.

Surge então o "Partido Judicial" -que persegue lideranças populares e protege governos como o de

Macri.

O "partido" surge para disciplinar os líderes políticos que defendem mudanças. É um instrumento para que eles pensem duas vezes [antes de implementar suas políticas].

Nos nossos governos, recuperamos a YPF [Cristina expropriou 51% da petrolífera argentina, antes da espanhola Repsol], que administra as reservas de Vaca Muerta [as segundas maiores de gás de xisto do mundo e a quarta de petróleo não convencional].

Há também uma tentativa de obstruir essas políticas, estigmatizando governos populares, dizendo que são ladrões.

Eu vi nessas últimas eleições no Brasil jovens dizendo: "Não vamos votar no Lula porque ele foi preso, não vamos votar em presidiário, em ladrão."

Essa é a construção do senso comum por parte não apenas do Judiciário, mas também da mídia. Porque os juízes não podem fazer o que fazem se não tiverem um braço midiático.

Presta atenção em uma coisa: no dia 6 de dezembro, vão ditar a sentença contra mim. No dia 7, vai sair nos jornais: "Cristina condenada". Sabe o que é o 7 de dezembro? É um dia muito emblemático na República Argentina [em que passaria a valer a Lei de Meios]. A lei que estabelecia que os empresários da mídia que tinham muitos canais de televisão, canais abertos, cabo e jornais, deveriam desinvestir para não ter uma posição dominante ou monopolista.

[A data da condenação] Será uma espécie de presente a [Héctor] Magnetto [CEO do Grupo Clarín, a maior empresa de mídia do país].

Somos infinitamente mais atacadas. Já estampeei até capas de revistas em caricaturas que falavam do orgasmo de Cristina com o poder

Cristina Kirchner

vice-presidente da Argentina

A senhora diz que o "Partido Judicial" substituiu os militares. No Brasil, no entanto, ganharam força no governo Bolsonaro. A diferença é que o "Partido Militar" da Argentina sofreu uma profunda derrota durante a [guerra das Ilhas] Malvinas e por causa dos 30 mil desaparecidos [durante a ditadura].

Os processos [históricos] não foram iguais em todos os lugares. No Brasil, os militares não desindustrializaram o país. Pelo contrário. E a

repressão no Brasil não teve comparação com a argentina.

E parece-me também que não houve no Brasil até hoje uma política de resgate da memória, verdade e justiça como houve na Argentina.

Aqui, o presidente [Raul] Alfonsín [que governou o país entre 1983 e 1989] fez o julgamento das Juntas [militares que governaram o país], e membros delas foram punidos severamente.

A partir de 2003, com a chegada do presidente Kirchner [ao poder], isso foi de novo impulsionado [e mais de 200 militares, não apenas da cúpula, foram punidos].

E isso faria a diferença nos dias de hoje? Sim, claro. Mas perceba que o único golpe tradicional que aconteceu no continente, com a participação das Forças Armadas e de Segurança, foi justamente contra Evo Morales [na Bolívia]. E por uma razão muito simples: Evo fez uma profunda e importante reforma constitucional que tirou o caráter hereditário, quase com um lastro monárquico, dos juízes do país.

Ele democratizou a Justiça. O Tribunal Superior e o Conselho da Magistratura são formados por magistrados eleitos pelo voto popular. Portanto, não é por acaso que precisamente a Bolívia seja o único país onde houve um golpe tendo como lastro do que era a doutrina da segurança nacional, e derrubam Evo Morales.

A VENEZUELA DE MADURO

Na Venezuela há forte participação militar, e o governo é definido como ditadura. A definição de ditadura para a Venezuela me parece que está sendo revertida agora. Para o Departamento de Estado [dos EUA], Nicolás Maduro deixou de ser um ditador para se tornar o presidente da Venezuela [com a guerra da Ucrânia, os EUA flexibilizaram as relações com o governo venezuelano para poder adquirir petróleo do país].

Mas qual é a opinião da senhora? Os que surgem da vontade popular nunca podem ser ditadores. Além disso, existe uma aliança muito forte na Venezuela entre as Forças Armadas e o partido político que [Hugo] Chávez representava. Chávez era um soldado, um homem profundamente militar. Era uma aliança muito forte lá. Agora, defini-la como ditadura, não me parece [ser o caso].

Vocês estão propondo aumentar o número de juízes da Suprema Corte na Argentina? Sim.

Bolsonaro queria fazer isso no Brasil e foi interpretado... Mas eu não tenho nada a ver com o Bolsonaro.

Foi interpretado como um golpe e ele desistiu. É preciso entender como as coisas se desenvolvem em cada lugar.

Quem reduziu o número de integrantes da Suprema Corte fui eu. Quando chegamos à Presidência, ela tinha nove magistrados. Fiz isso como um gesto, para mostrar que não queria controlar o Tribunal ao colocar nele mais gente.

Hoje o Tribunal tem cinco membros. Na verdade, quatro [uma das vagas está atualmente vazia]. Dois deles aceitaram ser nomeados por decreto assinado por Macri, sem passar pelo Senado. Houve tanto escândalo que passaram [pelo Parlamento] seis meses depois.

Posso confiar que alguém vai respeitar a Constituição quando foi nomeado contra a Constituição? Não me parece muito sério.

E o Tribunal é muito pequeno. Hoje é necessário um tribunal ampliado.

Tivemos um diálogo muito bom sobre a visão dele do que hoje precisa ser feito no Brasil. Eu o vi muito sereno, firme, seguro e claro

Cristina Kirchner

sobre conversa com Lula após resultado das eleições brasileiras

Como Lula, a senhora diz que os empresários ganharam muito dinheiro durante seu governo. Se estava tudo tão bem, por que eles se viraram contra vocês? Ou na verdade houve problemas econômicos aos quais eles se opuseram? O economista [polonês Michal] Kalecki respondeu muito bem: é uma questão cultural. Há um sentimento no patrão, no capitalista, de que se o sindicato for muito forte em uma economia robusta há o empoderamento dos trabalhadores.

Então, mesmo quando os favorece em termos econômicos, acende um alarme. Há algo sobre a necessidade de o trabalhador estar muito abaixo, e eu [empresário] acima.

Então mesmo empresários que ganharam muito em nosso governo e perderam no de Macri, votam em Macri.

Setores da classe média também se opuseram a esses governos ditos populares. O peronismo foi o

grande produtor da classe média na Argentina.

Setores da classe trabalhadora baixa se tornam classe média por seu esforço, obviamente. Mas o trabalhador se levanta sempre na mesma hora. Porém, em alguns governos, o esforço dá resultado, e em outros, não. É preciso ter um modelo de desenvolvimento econômico.

Esse movimento gera uma classe média que muitas vezes parte do aspiracional para adotar comportamentos do que gostaria de ser em relação a quem tem mais dinheiro.

É sociológico, não é criticável. É o que é.

CONVERSA COM LULA

A senhora conversou com Lula depois da vitória dele no Brasil? Seria impróprio repetir uma conversa privada. Mas tivemos um diálogo muito bom sobre a visão dele do que hoje precisa ser feito no Brasil.

Eu o vi muito sereno, firme, seguro e claro.

CRISTINA RADICAL

As pessoas que a criticam dizem que "Cristina não é Lula", no sentido de que o presidente eleito do Brasil seria agregador, enquanto a senhora polariza seu país. Se eu olhar para a eleição brasileira, acho que o Lula se "cristinizou". Hoje eu vejo como o Brasil está, e há uma polarização.

E cuidado. Não se esqueça de que eu sou mulher.

Somos infinitamente mais atacadas quando exercemos cargos de poder. E se vamos contra o que desejam os setores poderosos de uma sociedade, a estigmatização é total.

Já estampeei até capas de revistas em caricaturas que falavam do orgasmo de Cristina com o poder.

E se a mulher além de tudo tem cara feminina porque penteia o cabelo, se pinta ou gosta de se arrumar [as coisas pioram].

Um amigo meu que não tem nada a ver com política, muito respeitado internacionalmente, mostrou minha imagem para outro amigo que nem sabia quem eu era. E disse "essa é a presidenta [da Argentina]". E o amigo respondeu: "Mas ela tem cintura!".

E isso ficou na minha cabeça. Me pareceu uma grande definição.

Eu ia falar sobre a questão... [Interrompendo] Eu não quero fugir da pergunta sobre minha comparação com

Lula. Olha, mais pragmática do que eu, acho que nem Lula nem ninguém é. Depois de ser perseguida durante os quatro anos do governo Macri, depois que minha filha adoeceu e foi internada em Cuba, montamos a Frente de Todos [aliança pela qual Alberto Fernandez se elegeu presidente da Argentina e Cristina, vice]. Eu poderia ter sido candidata. Mas apoiei outra pessoa, e vencemos.

E por que a senhora não foi candidata? Qual era o quadro? Donald Trump seria reeleito presidente dos EUA. A economia norte-americana estava voando. O FMI tinha acabado de emprestar US\$ 45 bilhões de forma inédita à Argentina para que Mauricio Macri ganhasse as eleições.

Lula estava preso. E eu estava sendo questionada dentro de meu próprio partido político, do peronismo.

Eu tive que tomar uma decisão que unisse todas as forças políticas [de oposição a Macri], para podermos vencer.

Se tivesse vencido Macri, alguém imagina o que teria acontecido com a Argentina? Teria vencido aquele que endividou o país com o setor privado em US\$ 100 bilhões, além dos US\$ 45 bi do FMI. Uma política de exclusão teria sido validada, e isso seria irreparável.

Repito: não conheço nenhum líder no mundo que, podendo ser candidato e vencer, prefere colocar outro em seu lugar. Portanto, dizer que Cristina não é pragmática... Sou mulher, esse é o problema. Se eu gritar, "histérica, ela está gritando, louca, louca".

Se é homem, ele é forte.

Se o Bolsonaro, em vez de homem, fosse mulher, já estava preso, já estava preso.

Já que a senhora falou de Alberto... Não quero falar sobre o presidente, menos ainda em uma reportagem de um jornal estrangeiro.

Mas a senhora pode dizer se voltará a se candidatar à Presidência? E você quer uma manchete para a Folha amanhã?

Eu quero, sim. Havia uma frase muito emblemática do General Perón em que ele dizia: "Tudo na sua medida e harmoniosamente".

A senhora acha que o país, com o governo de Alberto, está indo bem? Não, o país não está bem. Como pode estar tudo bem depois da dívida que contraímos [no governo Macri]?

Mas qual é a sua responsabilidade? Não, minha

querida, as coisas não podem ser analisadas dessa forma. Quando saí do governo, em 2015, nossa dívida em dólares não chegava a 10%. Recebemos de volta um país endividado.

Com esse nível de endividamento, com essas exigências do FMI, a situação não é imputável ao atual governo.

Apesar das divergências que tive com meu próprio governo, e que foram públicas, ignorar isso é querer tapar o sol com as mãos.

Eu temo a Deus, nada mais

Cristina Kirchner

ao ser perguntada se tem medo de ser presa ou afastada da política pela Justiça

O ATENTADO

A senhora sofreu um atentado em setembro, quando um jovem apontou uma arma para a sua cabeça, mas o disparo falhou. Teve medo de morrer? Eu nem percebi. Não vi nem ouvi nada [Cristina se abaixou para pegar um livro que tinha caído no chão quando Fernando André Sabag Montiel, o autor do atentado, apontou a arma para ela]. Os psicólogos dizem que foi muito melhor, porque o impacto da cena nunca se apaga.

Depois que tudo foi analisado, se vê claramente que os que estão presos foram apenas os autores materiais. Existem ideólogos e autores intelectuais do atentado.

Eles [jovens que planejaram o atentado] foram fotografados com esses líderes [de oposição a Cristina]. Eles os seguiam [nas redes sociais]. Foram às mesmas manifestações [da oposição] e receberam financiamento de 17 milhões de pesos de um fideicomisso do [empresário Nicolás] Caputo, amigo de alma de Macri.

Dizem ter recebido por algum trabalho de carpintaria. E quando vão [verificar], não há carpintaria, nem os trabalhos.

Mas não existem provas de que há um mandante. Não, não, me desculpe. Há provas. São 17 milhões de pesos que foram para esses grupos violentos que querem minha morte. Que queriam incendiar a casa do governo, que foram à minha casa com molotovs. Sim, eles foram liberados. Quem os deixou livres? Os juízes nomeados por Mauricio Macri antes de deixar o governo. Então não é que sejam minhas ideias. Há provas.

E aqui há um problema com o Judiciário [que não investigaria corretamente o atentado].

VIDA POLÍTICA

A senhora tem medo de ser presa ou afastada da política pela Justiça? Eu temo a Deus, nada mais.

A senhora já foi deputada, senadora, presidente da República, vice. Por que ainda pensa em seguir na política? Ai, meu Deus, se eu pudesse responder isso [para e pensa]. Não sei, é algo inato, é algo para pensar, para sentir, não sei.

É como perguntar a um médico por que ele continua operando. Ou para você: por que ainda é jornalista? Picasso pintou quadros até morrer. Política não é só ocupar um cargo. É poder introduzir ideias. Passá-las adiante.

Ser um líder é poder olhar um pouco mais longe e dizer "a história vai por aí, a gente tem que fazer isso. É ali".

Posso não ser mais presidenta, legisladora. Mas vou sempre opinar, dizer o que acho que precisa ser feito para construir um país melhor para o nosso povo.

Eu nunca vou desistir disso.

Dizem que o poder é sempre solitário, mas por muito tempo a senhora o exerceu ao lado de seu marido, com quem ficou casada por mais de três décadas antes de ficar viúva. Como é agora? Se sente só? Não, não. Eu sinto falta dele, obviamente, e muita. Era meu melhor amigo, com quem eu podia conversar, discutir, brigar.

Nossas discussões, quem presenciou sabe, são lendárias.

Mas, não, não me sinto só. Assim como existem pessoas que não te querem e te insultam e te ofendem, também há muitas pessoas que gostam, apoiam e oram por você. Bem, isso é sempre bom.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

16

Alta de juros castiga Tesouro, mas abre oportunidades

Eduardo Cucolo são paulo

A alta dos juros futuros em novembro diante das incertezas sobre a política econômica do próximo governo afetou os investimentos em títulos públicos. Houve desvalorização, especialmente, em papéis prefixados ou atrelados à **inflação** com prazos de vencimento mais longos.

Esse movimento já começou a ser revertido ao longo do mês, e a expectativa dos analistas é que essa seja uma oportunidade de investimento para quem aposta em uma melhora do mercado no início da próxima gestão.

O indicador que melhor representa a carteira de títulos públicos que compõem a dívida brasileira, o IMA (índice de Mercado Anbima), recuou 0,06% no mês passado, reduzindo a valorização em 12 meses para 8,82%.

Os índices que acompanham os títulos prefixados acima de um ano (IRF-M 1+) e atrelados à **inflação** com vencimento acima de cinco anos (IMA-B 5+) tiveram perdas de 1,42% e 1,18% no mês, respectivamente. Durante a primeira quinzena do mês, a perda chegou a ficar em torno de 3%. As maiores desvalorizações ficaram com o Tesouro IPCA 2045 (-6,05%) e Tesouro Prefixado 2029 (-4,76%).

O índice IMA-S, que acompanha o comportamento dos títulos corrigidos pela taxa básica de juros (Selic), por outro lado, teve alta de 1% no mês passado.

Nos papéis prefixados e atrelados à **inflação**, sempre que os juros sobem o título passa a ser vendido, ou recomprado pelo Tesouro Nacional, a um valor menor.

Isso não significa que o investidor necessariamente perdeu dinheiro. Aqueles que carregam o título até o vencimento recebem o valor corrigido pela taxa do momento da compra. Quem vende antes fica sujeito a ganhos maiores ou perdas, devido às oscilações de mercado.

Na última sexta (2), por exemplo, o Tesouro Prefixado 2029 era vendido por R\$ 485, garantindo uma rentabilidade anual de 12,68% para a pessoa que receberá R\$ 1.000 no vencimento. No início de novembro, o papel valia R\$505, o que representava

1,77% ao ano de retomo. No dia 11 de novembro, o preço chegou a R\$ 466.

No dia anterior, o mercado financeiro refletiu o descontentamento de investidores com as críticas feitas pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a regras que limitam os gastos públicos. O dólar teve a maior alta diária desde o início da pandemia. O Ibovespa tombou 3,35%. Boa parte dessa reação já foi revertida.

O Tesouro IPCA 2045, por exemplo, começou o mês de novembro com juros de 5,89% ao ano acima da **inflação**. A taxa chegou ao pico de 6,40% + IPCA no dia 11. Com a melhora no humor do mercado nas semanas seguintes, o papel fechou o mês com juro real de 6,14%.

O diretor da Somma Investimentos Joaquim Kokudai lembra que a curva de juros chegou a precificar novas altas da taxa básica em 2023, mas diz acreditar que o Banco Central não terá de elevar os juros.

Ele avalia que o novo governo deve manter uma certa disciplina fiscal e, com base nessa premissa, a tendência é que as taxas de juros dos títulos caiam nos próximos meses, favorecendo quem entrar nesse mercado -ou em outros com ativos de maior risco- no momento de maior estresse.

Kokudai afirma que a taxa básica já está em um patamar muito alto e que a **inflação** vem arrefecendo, em um cenário de desaceleração da atividade econômica.

"O calcanhar é a questão fiscal. Quem tem uma visão mais pessimista tem de ser mais cuidadoso. Se a visão é a de que realmente vai ter uma certa disciplina fiscal, o patamar, tanto para prefixados como para indexados ao IPCA, está bem atrativo", diz.

Danilo Gato, educador financeiro e especialista em investimentos certificado pela Anbima, diz que o momento é favorável a investimentos em títulos ou CDBs pós-fixados para o investidor que não quer correr riscos e busca garantir liquidez e boa remuneração.

Para quem pretende arriscar um pouco mais, papéis com vencimento em até três anos são uma opção,

principalmente se a avaliação for a de que o mercado está precificando a curva de juros de maneira exagerada e que as taxas tendem a cair com uma definição sobre a questão fiscal no próximo governo.

Se o investidor realmente quiser fazer um investimento de longo prazo, deve procurar títulos indexados ao IPCA, para garantir o ganho acima da inflação.

"O mercado tende muitas vezes a precificar [os juros] com exagero. Quando as coisas começarem a se resolver, isso tende a se acalmar. As pessoas têm muito receio de o governo dar calote na dívida, mas estamos longe desse cenário. Os títulos públicos continuam sendo bem seguros", afirma.

Cristiano Corrêa, coordenador do curso de Administração do Ibmec SP, afirma que mudanças de governo trazem uma volatilidade natural e que o mercado tende a se estabilizar quando houver uma definição sobre os nomes da futura equipe econômica.

Ele afirma que títulos públicos são o investimento mais seguro que existe e que é possível ganhar com a expectativa de melhora no humor do mercado. Corrêa recomenda dividir o investimento em pré e pós-fixados.

"Momentos de alta volatilidade e incerteza trazem grandes oportunidades. Depois de uma definição sobre a equipe econômica, a gente tende a ter uma estabilização nos juros futuros", afirma Corrêa.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

16

Poucas opções para ganhar muito; boas opções para ganhar sempre - MARCOS DE VASCONCELLOS

MARCOS DE VASCONCELLOS

Lembra como até pouco tempo atrás éramos metralhados com propagandas de negociação de criptomoedas e sobre como esse era o mercado que ia explodir? Implodiu. E investir no exterior era o que ia te deixar rico? As bolsas dos Estados Unidos derreteram.

Então bitcoin é um golpe? Investir nos EUA é burrice? Não, calma. Os dois têm seu papel, mas no seu tempo, no seu espaço, na composição de uma seleção de investimentos. São atacantes que fizeram bons gols em partidas passadas, mas que neste ano ficaram melhor no banco dos reservas.

Na renda variável, em 2022 (e já estamos em dezembro!), foi premiado quem apostou no arroz com feijão. Enquanto o Ibovespa, maior representante do nosso mercado de ações, andou parcos 6,7% até agora - com a **inflação** acumulada de 4,7% até outubro -, um outro índice deu bons 14,5% de valorização: o Idiv.

Se você não o conhece, é uma espécie de Ibovespa só com empresas tradicionalmente boas pagadoras de dividendos aos seus acionistas. Em vez dos 92 papéis, apenas 52 compõem o índice- encabeçados por Vale, BB Seguridade e Gerdau.

E o que as boas pagadoras de dividendos têm em comum? Costumam ser companhias estáveis e consolidadas, que não precisam mais fazer grandes investimentos. Bancos, empresas de energia, siderúrgicas, por exemplo.

Ou seja, quem apostou na estabilidade teve um bom retorno, na renda variável. E a valorização do Idiv se dá apenas com base nos preços dos papéis, sem levar em conta os proventos pagos pelo caminho.

O foco em setores tradicionais também trouxe bons resultados fora do Brasil. O índice que reúne BDRs - papéis emitidos aqui, representando ações de bolsas estrangeiras- caiu quase 25% neste ano. É o maior tombo anual desde a sua criação, segundo levantamento da plataforma TradeMap. Mas 22 dos seus 130 papéis ganharam da nossa **inflação**.

No topo da lista: petróleo, petróleo e mais petróleo. Occidental Petroleum; Exxon Mobil; Devon e Chevron entregaram ganhos de 50% a 125% a seus acionistas. Ou seja: mesmo com a queda das bolsas americanas, dava para ganhar um dinheiro com BDRs.

No Ibovespa, por sua vez, 34 papéis tiveram uma valorização acima da **inflação**, chegando a 108%, com as ações da Cielô (CIEL3).

Mas há um outro tipo de ativo negociado na Bolsa que trouxe mais opções vencedoras para seus investidores neste ano: os fundos imobiliários (FIIs).

De janeiro até agora, o índice que reúne os FIIs (Ifix) foi mal: rendeu 2,5%. Entretanto, quem peneirar entre seus ativos vai encontrar 49 que ganharam da **inflação** até agora. Só que nenhum deles subiu mais do que 30%.

Em resumo: onde foi mais fácil encontrar boas opções para investir (FIIs), não há uma opção sequer com mais de 50% de valorização. Já onde foi mais difícil peneirar bons papéis (ações brasileiras e BDRs), dois papéis permitiriam mais do que dobrar o dinheiro investido.

E aqui não há certo ou errado. Depende do seu momento financeiro, do seu apetite para o risco e da capacidade e dedicação peneirando as opções existentes. Mais risco, mais retorno -desde que se acerte o alvo. Menos risco, menos retorno -com mais chances de construir seu patrimônio no longo prazo. Escale sua seleção e não tire o olho do jogo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50116>

Após bonança com Bitcoin, gêmeos do Facebook passam por fase difícil

LUCAS AGRELA

Os gêmeos Cameron e Tyler Winklevoss, os irmãos envolvidos na polêmica criação do Facebook, começaram seus negócios com Bitcoin logo no início da vida da criptomoeda mais famosa do mundo.

Os empresários e remadores profissionais, que chegaram a competir na Olimpíada de 2012, fundaram a Gemini em 2014, depois de um ano de planejamento. Naquela época, quando a moeda começou a se popularizar, a dupla já tinha US\$ 11 milhões de BTC, em 2013.

Quatro anos mais tarde, em 2017, os Winklevoss disseram que nunca venderam um Bitcoin. Com o preço da criptomoeda a US\$ 20 mil pela primeira vez na história naquele ano, os gêmeos somavam uma fortuna de US\$ 1 bilhão. Com isso, tornaram-se os primeiros bilionários do Bitcoin. De lá para cá, o preço do ativo chegou a mais do que triplicar, com um pico de US\$ 65 mil em julho de 2021.

"O Bitcoin ultrapassou o Facebook em capitalização de mercado", escreveu Cameron Winklevoss, durante a ascensão do preço da cripto. "Faz sentido que uma rede de dinheiro seja mais valiosa do que uma rede social," disse, em um comentário que alfineta a empresa de Mark Zuckerberg, que teria roubado sua ideia para o Facebook, como retratado no filme A Rede Social, de 2010.

O investimento inicial em Bitcoin foi feito pelos irmãos com o dinheiro recebido no acordo com Zuckerberg sobre a criação do Facebook. Ou seja, de uma forma ou de outra, o dinheiro dos irmãos estava predestinado a se multiplicar.

EFEITO GEMINI. A aposta na criação de uma corretora de criptomoedas rendeu bons frutos. Em 2016, o então governador do Estado de Nova York, Andrew Cuomo, anunciou a aprovação da Gemini como a primeira exchange Ethereum licenciada com sede nos Estados Unidos.

Em 2018, veio o aval dos órgãos reguladores dos Estados Unidos para criar um novo produto: o dólar Gemini. Diferentemente do Bitcoin, que não tem lastro algum, o dólar Gemini tem valor de 1 para 1 com o dólar americano. Ou seja, ele é uma stablecoin de

dólar - e uma fonte de receita para a empresa.

No fim de 2021, em novembro, os gêmeos finalmente decidiram arrecadar capital externo e receberam um aporte de US\$ 400 milhões, em uma rodada liderada pelo fundo hedge Morgan Creek Digital, que pertence à consultoria de investimentos Morgan Creek Capital. Também contribuíram Marcy Venture Partners (do rapper Jay Z), Commonwealth Bank of Australia, 10T, Newflow Partners e ParaFi. A Gemini foi avaliada em US\$ 7,1 bilhões.

Em abril deste ano, a revista Forbes divulgou um ranking de bilionários do segmento de criptomoedas, no qual os gêmeos Winklevoss ocupavam a sexta colocação, com patrimônio de US\$ 4 bilhões.

Os grandes investidores que fizeram fortuna no mercado financeiro convencional ainda têm desconfiança sobre o mercado cripto. Esse é o caso de Warren Buffett. "Se você me dissesse que possui todos os bitcoins do mundo e me oferecesse por US\$ 25, eu não aceitaria. O que eu faria com isso? Eu teria que vendê-los de volta para você de uma forma ou de outra.

Ele não vai fazer nada", disse Buffett, em abril.

DECLÍNIO. A lua de mel do Bitcoin ficou em 2021. O preço do ativo começou a despencar, afetando todo o mercado de corretoras e fundos de criptoativos.

Em junho de 2022, veio o declínio no preço do Bitcoin. Com a alta na taxa de juros nos Estados Unidos para conter a **inflação** provocada pela crise econômica da covid-19, a Gemini precisou apertar os cintos. A empresa fez sua primeira grande demissão e cortou 10% do seu quadro de funcionários. Os cortes, segundo a empresa, foram devido "às turbulentas condições do mercado, que poderão persistir por algum tempo".

Com 60% de redução no preço do Bitcoin neste ano, não só a Gemini foi impactada, como também as corretoras Coinbase, Crypto.com, Mercado Bitcoin, Bitso e BitMEX.

Avaliada em mais de US\$ 25 bilhões, a FTX teve um caso particular. Após não conseguir fechar negócio de aquisição pela Binance, a empresa teve uma crise de

insolvência e pediu falência. O baque atingiu especialmente Sam Bankman-Fried, CEO da FTX, que viu sua fortuna bilionária derreter da noite para o dia.

A Gemini está longe de atravessar uma crise como a da FTX. Até porque, em 2018, a empresa criou um mecanismo de negociação que gera liquidez ao permitir negócios de alto volume que não aparecem no livro de pedidos até que sejam completados. Mas, com todo o mercado de criptomoedas sob escrutínio mundial, a empresa dos Winklevoss também está longe dos dias de ouro.

Será que a canoa dos gêmeos do Facebook furou? A única certeza é que eles vão continuar a remar, mas agora o oceano azul do passado virou um oceano vermelho.

"O Bitcoin ultrapassou o Facebook em capitalização. Faz sentido que uma rede de dinheiro valha mais do que uma rede social" Cameron Winklevoss Investidor de criptomoedas

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PIB brasileiro já cresceu 3,2% em 2022

por *Ecio Costa@eciocosta*

O **PIB** brasileiro cresceu 0,4% no 3º trimestre na comparação com o trimestre imediatamente anterior. No acumulado do ano, de janeiro até setembro, apresentou crescimento de 3,2% na comparação com o mesmo período do ano passado. As previsões do ano de 2022 devem mudar.

O resultado é bastante representativo porque vale lembrar que no início do ano se falava de um crescimento do **PIB** de 0,4%, previsão bastante pessimista, mas o setor de Serviços vem surpreendendo ao longo do ano, como aconteceu novamente neste trimestre com mais um crescimento.

O setor de Serviços é bastante importante porque representa boa parte da formação do **PIB**, com mais de 70% do total. Os Serviços cresceram 1,1%, puxando toda a economia. A indústria também teve um resultado positivo de 0,8% e a agropecuária teve uma queda de 0,9%.

Pelo lado da demanda, o Consumo das Famílias é quem tem um peso maior na formação do **PIB**, com mais de 60%, e teve um crescimento de 1%. Já os investimentos também tiveram um crescimento importante de 2,8% também ajudando na formação do **PIB** com o Consumo do Governo, que também teve elevação.

Pois é, as previsões do **PIB** para 2022 provavelmente vão ser revisadas porque se fala de um crescimento da economia de 2,8% para este ano, mas no acumulado de janeiro a setembro a economia já cresceu 3,2%. Então teria que cair no último trimestre do ano para o resultado ficar negativo.

Normalmente, o último trimestre do ano apresenta crescimento e o resultado deve ser revisado, talvez fechando o ano de 2022 com crescimento acima de 3%. Já para 2023, a expectativa é de um crescimento mais fraco por conta dos juros mais altos nas economias brasileira e mundial para combater a **inflação**, que traz uma desaceleração mundial.

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2022/12/pib-brasileiro-ja-cresceu-3-2-em-2022.html>

Senadores querem "carimbar" recursos na PEC da Transição

BRASÍLIA Agência Estado

Após uma semana de negociações, o Senado ainda pressiona o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a entregar mais cargos e verbas em troca da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição e discute restringir a destinação dos recursos que entrarão no Orçamento com a aprovação da medida, especificando que áreas deverão ser atendidas pelo novo governo.

A PEC, inicialmente avaliada em R\$ 198 bilhões, retira o Bolsa Família do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da **inflação**. Com isso, ela libera um espaço de R\$ 105 bilhões (valor previsto para o programa no ano que vem) no Orçamento de 2023 para novos gastos que ainda não foram detalhadas. De acordo com o texto, a reserva será preenchida com solicitações da equipe de transição. O PSD, partido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), passou a cobrar a mudança no texto com a especificação das áreas que serão atendidas.

Como mostrou o Estadão, a equipe de Lula concordou em negociar a destinação dos recursos com parlamentares em troca da aprovação, mas a fatura cobrada no Congresso é maior. Partidos pedem a Lula a nomeação de ministros, a manutenção do orçamento secreto e o apoio à reeleição de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) nas presidências da Câmara e do Senado, respectivamente. "Queremos que esse dinheiro vá carimbado para não ter desvio de finalidade e esteja especificado na PEC", afirmou o líder do PSD no Senado, Nelsinho Trad (MS), ao Estadão. "O governo tem que se dar por satisfeito se essa PEC for aprovada na atual legislatura.

Ele vai demonstrar que teve por parte do parlamento uma tolerância, uma confiança, sem ter tomado posse." A bancada do PSD, que reúne 12 senadores, concordou em apoiar a PEC, mas reduzindo o período de flexibilização do teto de quatro para dois anos. Anteriormente, os integrantes da legenda defendiam um tempo ainda menor, de apenas um ano, mas foram convencidos que o novo governo teria que negociar a aprovação de uma nova proposta já no primeiro semestre de 2023. Líderes de outros partidos, no entanto, ainda cobram a redução.

Por enquanto, a equipe de Lula defende o uso da PEC para abrir o espaço fiscal, deixando a definição do destino das novas despesas para a Lei Orçamentária Anual (LOA). A estratégia, no entanto, é alvo de uma percepção de que o futuro governo quer um "cheque em branco" antes mesmo de tomar posse. Os R\$ 105 bilhões passaram a ser alvo dos partidos que querem ministérios do governo.

Como mostrou o Estadão, líderes da Câmara e do Senado cobram os cargos para controlar justamente essa verba, se ela realmente for aprovada. "Quem faz a PEC somos nós. A proposta de carimbar é uma consequência. Sobrou o recurso e a primeira coisa que fazem é perguntar: Vai para onde? Está todo mundo ligado e focado", disse Nelsinho Trad. O formato da PEC dependerá das negociações políticas.

Nesta semana, Lula esteve em Brasília para articular pessoalmente a proposta. O último encontro foi um jantar com deputados e senadores na quinta-feira, 1. "BURACO" O autor da PEC e relator do Orçamento de 2023, Marcelo Castro (MDB-PI), se colocou contra a proposta de carimbar a destinação de recursos no texto da PEC e afirmou que isso será feito na proposta orçamentária.

Castro concordou, contudo, em elaborar um relatório detalhado das áreas que o governo Lula quer abastecer com os recursos. Até o momento, a equipe de transição anunciou algumas prioridades, como o reajuste real (acima da **inflação**) do salário mínimo e a recomposição de verbas de programas como o Farmácia Popular e o Minha Casa, Minha Vida. De acordo com cálculos de técnicos do Congresso, porém, R\$ 85 bilhões ainda não foram detalhados.

Marcelo Castro disse ao Estadão que muitas propostas devem ser apresentadas para preencher o "buraco" da PEC. "O que vai sobrar é proposta para o buraco." Nesta sexta-feira, 2, Lula defendeu a aprovação da proposta como foi protocolada no Senado, onde as alterações vão ficar totalmente vinculadas às entregas políticas. Ele quer garantir o apoio fechado do PSD, do MDB e do União Brasil para a PEC, além dos aliados mais próximos, e completar os 49 votos necessários com outros senadores até semana que vem. "Lula está ligando para todo mundo, está conversando mais do que lobisomen e assombração na meia-noite. E isso é bom", afirmou o

senador Jayme Campos (União-MT).

A equipe de Lula quer pautar a PEC da Transição na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na próxima terça-feira, 6. Senadores discutem entregar a proposta a dois relatores: Alexandre Silveira (PSD-MG) na comissão e Davi Alcolumbre (União- - AP) no plenário. A divisão é uma tentativa de ampliar o acordo para a aprovação, mas também aumenta a chance de alterações.

Alcolumbre preside a CCJ e assumiu a ponteira da negociação do Senado com o futuro governo. Ele quer ser o relator da PEC, mas enfrenta um impasse porque teria que ceder o comando da comissão para o vice-presidente do colegiado, Lucas Barreto (PSD-AP), durante a votação. Os dois tiveram um rompimento político na campanha eleitoral.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/46>

Onde investir com taxa Selic em 13,75% ao ano? (Artigo)

Danilo Gato

Nesta semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) volta a se reunir para definir a taxa Selic. Na última reunião, os juros básicos da economia foram mantidos em 13,75% ao ano. É importante acompanharmos essas variações porque o Banco Central usa a taxa Selic como uma política monetária para controlar a inflação medida pelo IPC

Explicando um pouco melhor, um dos principais motivos que impulsionam a inflação e o excesso de crédito na economia, já que a população passa a consumir de forma muito mais intensa, isso pressiona os preços a subir para dar conta da oferta e demanda.

A taxa Selic é a taxa básica de juros da economia, então, quando o Banco Central aumenta essa taxa, todos os juros de créditos, empréstimos e financiamentos aumentam também, fazendo com que a população tome menos crédito e reduza o consumo, consequentemente, reduzindo a pressão inflacionária.

O governo passou o último ano inteiro fazendo aumentos sucessivos na taxa Selic em uma tentativa de controlar a inflação, que vinha subindo de forma descontrolada, bem acima da meta, e chegou a bater o patamar de 12% na medida acumulada em 12 meses, que é considerada alta. Foi só recentemente que os aumentos começaram a surtir efeito.

Como nos últimos meses tivemos uma situação de deflação, que é quando a inflação diminui por ter variação negativa, o Copom optou por manter a taxa como está, já que aparentemente esse patamar está funcionando para suprimir a inflação.

A questão é que muito da deflação recente veio da redução do ICMS, ou seja, há uma preocupação que essa redução não se mantenha em médio e longo prazo, por isso o comitê deixou claro que ainda há a possibilidade de mantê-la nesse patamar ou até de ocorrerem novos ajustes se a inflação retomara subida.

Dito isso, podemos projetar os investimentos, que devem performar bem.

A taxa Selic também é a principal referência para

investimentos de renda fixa, que são os investimentos mais seguros da economia.

Com essa taxa Selic alta, hoje é possível encontrar prefixados, por exemplo, enlegando rentabilidades de 15% 0.1 mais ao ano de forma garantida, * segura. Então este é um excelente momento por investir em renda fixa.

Já os investimentos de renda variável, que englobam as ações e fundos imobiliários, tem uma tendência de baixa em momentos de alta taxa de juros, a que há uma debandada dos investidores para a renda fixa, que é muito mais segura e está pagando boas rentabilidades.

Isso não é necessariamente uma coisa ruim, já que há estratégias de investimento que buscam justamente momentos como esses, nos quais os ativos estão desvalorizados, para comprá-los nesses momentos de baixa, com um potencial de valorização alta, para vendê-los no futuro a preços maiores quando for um momento mais favorável para a renda variável.

Então é possível dividirmos de forma simplificada os investimentos em duas partes, para curto ou longo prazo.

Para curto prazo, a renda fixa vai ser a melhor opção, já que, com essa alta taxa de juros, é possível ter ótimas rentabilidades correndo pouco risco. A renda variável não é recomendada para o curto prazo, já que a tendência global é de baixa, pressionada por esse patamar de juros.

Para longo prazo, a recomendação geral é que você tenha uma carteira bem diversificada, tanto «nu investimentos de renda fixa quanto investimentos de renda variável, já que a economia é cíclica e é natural, em momentos diferentes, partes diferentes dos nossos investimentos estarem em momentos bons ou não tão bons assim, mas, em longo prazo, nossa carteira vai estar se valorizando dos dois lados e com o risco diversificado.

Danilo Gato. Especialista em investimentos certificado pela Anbima e educador financeiro

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Cúpula da PF corre para ocupar cargos no exterior ainda sob gestão Bolsonaro

Com a derrota de Jair Bolsonaro (PL) na eleição presidencial, o comando da Polícia Federal deu início a uma espécie de transição antecipada e está definindo o destino dos dirigentes após o fim do governo.

Parte da cúpula da PF deve ocupar cargos no exterior. As indicações já estão tramitando intemamente.

Para alguns tipos de oficiala-tos, o processo de indicação é mais simples, bastando a decisão interna do órgão, porque o acordo se dá e om a polícia do país destinatário.

No caso das adidâneias, no entanto, como se trata de um agregado à estrutura diplomática, e necessária a autorização da cúpula do governo, como Ministério da Justiça e Presidência da República.

Além da direção da PF, assessores do ministro Anderson Torres, da Justiça, também se movimentam por postos fora do Brasil.

Algumas das indicações são para cargos que só vão vagar no semestre que vem ou no final de 2023.

O diretor-geral da Polícia Federal, Márcio Nunes de Oliveira, por exemplo, deve ir para a Espanha.

O delegado Caio Rodrigo Pellim, diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado, foi escolhido para atuar junto ao Departamento contra o Crime Organizado Transnacional da OEA (Organização dos Estados Americanos), em Washington, nos Estados Unidos.

Também foi publicada no Diário Oficial da União a designação da chefe de gabinete do diretor-geral da PF, a delegada Maria Amanda Mendi-na de Souza, para a função de oficial de ligação junto à Euro-pol em Haia, na Holanda, pelo prazo de dois anos.

A delegada Mariana Paranhos Calderon, da Diretoria de Gestão de Pessoal, e o delegado Alessandra Moretti, da Diretoria de Inteligência Policial, devem ser os escolhidos para as representações brasileiras no Uruguai e na França, respetivamente.

Foi solicitada ainda a criação de dois postos em Boston, nos EUA, para abrigar auxiliares do atual

titular da pasta da Justiça. As vagas devem ser destinadas aos delegados Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva, chefe de gabinete de Torres, e Alfredo Carrijo, da Secretaria de Operações Integradas do ministério.

A Folha enviou perguntas à PF e ao Ministério da Justiça na sexta-feira (2), mas não houve resposta até a conclusão desta reportagem.

Os policiais federais designados para missões nas representações brasileiras no exterior têm direito a uma indenização, sobre a qual não incide o abate-teto (desconto ao que excede os salários do ministros do Supremo Tribunal Federal, no valor atual de R\$39,3 mil).

Além disso, têm direito a acompanhamento de dependentes, eom passagens custeadas pelos cofres públicos, além do transporte de mobiliário e bagagens.

Uma vaga fora do país garante aos ocupantes de cargos de direção da PF uma temporada distante da corporação no momento em que grupo político sucede outro no comando do país, o que vai acontecer em poucas semanas eom a troca de Bolsonaro pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O posto pode também abrigar servidores submetidos a desgastes na corporação, caso ocorrido com o delegado Fernando Segovia, diretor-geral da PF no governo de Miehel **Temer** (MDB).

Numa entrevista concedida à Reuters em 2018, o policial afirmou que eram frágeis os indícios coletados pela PF sobre a suspeita de pagamento de propina a **Temer** em troca de favorecer empresas na prorrogação de concessões nos portos.

As declarações repercutiram e, desgastado, Segovia deixou o comando da corporação. **Temer** o nomeou para um posto na Itália. No final de 2021, ele retornou ao país.

Dois outros ocupantes do cargo de diretor-geral do período de Bolsonaro também foram para fora após deixarem suas cadeiras.

Maurício Valeixo, escolhido na época em que Sérgio Moro estava à frente do Ministério da Justiça, e

Rolando de Souza, do período de André Mendonça, foram para Washington.

Nascimento de Freitas, assessor especial no Palácio do Planalto.

Luiz Flávio Zampronha, ex-diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado na gestão anterior à atual da PF, foi para Haia atuar como oficial de ligação quando a gestão terminou.

Site: <https://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

As indicações, por em alguns casos depender de autorização do presidente da República, são aceleradas de modo a evitar que o próximo governante vete as nomeações.

No ano passado, mostrou o Painel, Igor Romário de Paula, delegado que chefiou o grupo da PF na Lava Jato em Curitiba, teve a indicação brecada para o cargo de adido no Canadá.

A decisão de nomeação foi do ex-diretor-geral Rolando de Souza. Seu sucessor, Paulo Maiurino, havia referendado o ato, mas o processo paralisou na Casa Civil. Maiurino revisou, então, sua decisão. Atualmente, o delegado Cairo Costa Duarte cumpre a missão no país da América do Norte.

O ministro Anderson Torres (Justiça) deve voltar para a Secretaria da Segurança Pública do DF.

Em outros setores do governo, movimentações também têm ocorrido para postos de mandato, caso dos adidos. No mês passado, Bolsonaro nomeou Gilson Machado para a presidência da Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo).

Machado foi ministro do Turismo e deixou o cargo para disputar o Senado por Pernambuco. Ele acabou com 29%, derrotado para Teresa Leitão (PT), que fez 46%. Ele ficou conhecido como o sanfoneiro de Bolsonaro e se tornou um dos nomes mais próximos do presidente.

A nomeação para o comando da Embratur prevê um mandato de quatro anos no cargo. A lei que trata do órgão, porém, afirma que o chefe do Executivo pode demiti-lo. Assim, Lula pode retirá-lo do posto quando assumir o Palácio do Planalto, em 1º de janeiro.

O mandatário também escolheu dois aliados para mandatos de três anos, renováveis, como integrantes da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Os cargos funcionam com mandatos portanto, são indemissíveis e integram o e o legado durante boa parte do terceiro mandato do presidente eleito.

Um deles é Célio Faria Júnior, ministro-chefe da Secretaria de Governo, e o outro é João Henrique

Regular lobby, sim, legalizar corrupção, não

Roberto Livianu

Na terça-feira, a Câmara aprovou em menos de dois minutos a regulação do lobby, que resultou da fusão dos Projetos de Lei 4.391/21, 1.202/07 e 1.961/15. O que, em princípio, parecia caminhar bem, com a aparente incorporação das dez emendas apresentadas pela sociedade civil (rede de advocacy colaborativa -RAC), desandou e deteriorouse. Aproveitando-se da percepção consolidada de que seria positiva tal regulação, utilizou-se do expediente - que vem sendo banalizado - da urgência de votação, que notoriamente sacrifica a maturação do debate de um projeto de lei.

Alguns explicam o surgimento da expressão lobby a partir de fatos que remontam à época do mandato de Ulysses Grant (1869-1877), ex-presidente estadunidense, que, fumando charutos no lobby de certo hotel, era abordado por pessoas e grupos para a exposição de reivindicações para ter sobre ele influência em decisões. O fato começou a se tornar habitual, ao ponto de Grant adquirir o hábito de chamar os lobistas até lá para ouvir seus pontos de vista.

Agora, fez-se uso oportunista do clima de transição política e da Copa do Mundo no Catar, sacrificando "de boiada", mais uma vez, a necessária discussão democrática e a sã e imprescindível escuta da sociedade civil e dos especialistas em relação à versão final do texto, após o apensamento de dois projetos velhos, um deles datado de 15 anos atrás.

Infelizmente, isso está se tornando verdadeiro método político, devendo-se lembrar o episódio da **reforma política**, quando se pretendeu aprovar no "tratoração" uma mega-alteração que ensejou reação da sociedade civil, unida e organizada no movimento Freio na Reforma, que obteve êxito na contenção da iniciativa. No segundo semestre do ano passado, chegou-se a cogitar aprovar PEC que subjugaria o Supremo Tribunal Federal (STF) ao Legislativo em decisões não unânimes do tribunal, a chamada PEC do golpe do Centrão, de óbvia inconstitucionalidade.

Para ter uma ideia dos riscos a que estamos chegando no tema do lobby, aprovou-se a absurda legitimação da oferta de presentes caros a agentes públicos, bem como sua participação em seminários e feiras luxuosas, por iniciativa de empresários, que poderão legalmente convidar parlamentares e outros agentes públicos, naturalizando essas práticas como se

inexistisse conflito de interesses. Temos aí forma disfarçada e requintada de legalizar a corrupção.

O texto aprovado abre brecha indevida para a aplicação de sigilos sobre dados de interesse público, além de desconsiderar o lobby que não ocorra de forma presencial (por telefone ou redes sociais). Deixa de fora a imperiosa necessidade de divulgação da agenda de agentes públicos, obstruindo a transparência e a fiscalização, e não garante o direito à participação social no processo de tomada de decisão.

Além disso, é absolutamente imprescindível o registro dos documentos trocados nas tratativas mantidas ao longo das relações institucionais ora reguladas. Não é suficiente garantir acesso paritário - é vital registrar os respectivos documentos trocados nessas tratativas. O projeto aprovado não contempla essa questão vital, e isso é gravíssimo.

Dialogar é exercício absolutamente imprescindível no Estado Democrático de Direito. E, a meu ver, fazer lobby nada mais é do que construir diálogo limpo. Mas as abordagens e os documentos correlatos devem ser necessariamente registrados, o direito a abordar deve ser equilibrado, justo, e deve haver ética e transparência total e abrangente nesta prática.

O Brasil assumiu sérias responsabilidades perante o mundo ao se tornar subscritor do Pacto dos Governos Abertos, em 2011, ao lado de Estados Unidos, Grã-Bretanha, Noruega, África do Sul, México, Filipinas e Indonésia. Deve ser sempre modelo internacional de transparência e governança aberta.

Afinal, sempre existiu lobby em prol de interesses nobres, feito de maneira honrada, em busca da paz, por exemplo, assim como existem lobistas que fazem trabalhos escusos por baixo do pano, o que torna evidente que é positiva a ideia da regulação.

Mas a sociedade civil não vem sendo respeitada no debate democrático, não lhe sendo assegurados espaços de escuta na construção desta regulação, como deveria. Isso gera perdas no aperfeiçoamento do sistema, em direção à governança aberta, ética, acessível ao povo, republicana e transparente, que nada deve ter a esconder, como se fez no Chile, cujo modelo de regulamentação do lobby é um bom exemplo e ponto de partida a ser seguido por nós, fazendo os ajustes necessários de adaptação à nossa realidade.

Sem dúvida, há elementos positivos no projeto aprovado, mas a forma açodada da tramitação, mais uma vez, desrespeitou os valores republicanos e democráticos. Há ajustes importantes a serem feitos no âmbito do Senado, para que não se ignorem temas de alta relevância, objeto de recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na qual o Brasil postula assento.

É grave que a lei não exija registro de documentos trocados em tratativas de relações institucionais, não coíba conflitos de interesses, não preserve a transparência e institucionalize a aceitação, por agentes públicos, de presentes luxuosos e convites para feiras e seminários nababescos como algo natural, que implica legalizar a corrupção.